



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

TEXTO PARA DISCUSSÃO 010

**TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA
ESTRUTURA SOCIAL DAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS - RELATÓRIO RMSP**

Suzana Pasternak
Pesquisadora INCT Observatório das Metrópoles
Núcleo São Paulo

Rio de Janeiro
2019

Sobre o Observatório das Metrôpoles

Rede de pesquisa vinculada ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Composta por dezesseis núcleos regionais, desde 1998 trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional.

Visite nosso website:

www.observatoriodasmetropoles.net.br/

INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Coordenação

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Comitê Gestor

Adauto Lúcio Cardoso

Inaia Maria Moreira de Carvalho

Jupira Gomes de Mendonça

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Luciana Correa do Lago

Luciano Joel Fedozzi

Luis Renato Bezerra Pequeno

Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento M. Clementino

Orlando Alves dos Santos Junior

COMITÊ EDITORIAL

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Tuanni Rachel Borba

Massami Saito

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no Observatório das Metrôpoles, os quais, por sua relevância, levam informações para outros pesquisadores e estabelecem um espaço para debate e reflexão. A divulgação por meio da série não constitui publicação, portanto, não impede a edição em outros locais já que o Copyright permanece com os autores.

É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

Transformações recentes da Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras – Relatório RMSP

Suzana Pasternak¹

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a evolução recente das categorias sócio ocupacionais na metrópole de São Paulo. São utilizados dados de duas fontes: da PNAD anual, entre 1995 e 2015, e da PNAD contínua, que substituiu a anual, entre 2012 e 2017.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi realizada pela IBGE desde 1967 até 2015, com o objetivo de acompanhar a realidade sócio econômica do país em períodos intercensitários. Sua dimensão mínima de extrapolação era a região metropolitana. Assim, têm-se informações para diversas variáveis, entre as quais pode-se quantificar a categoria sócio ocupacional. Em seu lugar foi concebido o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que substituiu a PNAD anual e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A PNAD contínua foi simultânea à PNAD anual desde 2012 até 2015, mas com mudanças metodológicas e de abrangência geográfica. Neste relatório serão analisados dados da PNAD anual até 2015 e também dados da PNAD contínua trimestral até 2017. Embora tendências continuem as mesmas, alguns resultados empíricos diferem, o que vai ser mostrado no decorrer do texto. Uma diferença importante refere-se ao total de pessoas pesquisadas: A PNAD contínua passou a considerar pessoas em idade de trabalhar aquelas com 14 anos ou mais, enquanto a PNAD anual eram consideradas as pessoas com 10 anos ou mais. Além disso, o trabalho para o próprio consumo e a construção para próprio uso deixaram de ser considerados ocupação.

Tavares (2018) periodiza as ações planejadoras no Estado de São Paulo de forma que esclarece bastante os momentos econômicos e sua abrangência territorial, auxiliando a entender a localização das atividades econômicas e da força de trabalho no estado e na metrópole. “O primeiro período é marcado pela passagem da economia agrícola para a economia industrial e pelas estratégias de organização territorial da política getulista pós-1935” (TAVARES, 2018, p.33). Nesta ocasião inicia-se o rompimento da lógica do modelo ferroviário de circulação terrestre. O segundo período é marcado pelo incentivo à industrialização brasileira, pelas políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek (1956-1961), e pelos contrastes regionais, com concentração na metrópole paulista, apesar do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, que procurou minimizar as diferenças entre a capital e o interior paulista. O terceiro período é marcado pelo regime militar (1964-1985), que valorizaram os investimentos em infraestrutura nos espaços historicamente consolidados. E um quarto período, que se inicia na década de 90, seria marcado pelo impacto das deseconomias de

¹ Suzana Pasternak - Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles. E-mail: suzanapasternak@gmail.com

aglomeração nas maiores cidades industrializadas e da interiorização do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo que ocorreram o processo de desconcentração industrial e a redução de emprego na indústria, as atividades do setor terciário se diversificaram na metrópole paulista, que passou a sediar atividades mais sofisticadas. Em todas as áreas metropolitanas nota-se o aumento dos chamados “serviços produtivos”. Incluem-se nesta categoria serviços de assessoria, consultoria, advocacia, publicidade, etc. Este setor depende de uma força de trabalho especializada e com alto grau de inovação, com finanças, informação, biotecnologia e outros semelhantes. As empresas de serviços produtivos preferem localizar-se em grandes cidades para ficar próxima à mão de obra que demandam. E este tipo de trabalhador se concentra perto das universidades e oferta de bens e serviços especializados, típicos das cidades maiores. A indústria acaba migrando para regiões menos densas. Assim, o perfil da força de trabalho nos diversos municípios da metrópole tende a mudar. Este artigo procura mostrar, através dos dados da PNAD anual e da PNAD contínua, como estão ocorrendo estas mudanças.

O artigo procura mostrar, no item 2, a evolução da estrutura social da Região Metropolitana de São Paulo nas duas últimas décadas, utilizando as informações da PNAD anual e comparando-as, com as restrições devidas, à de 2017 construída através da PNAD contínua. O detalhamento para cada categoria socioocupacional é feito já com dados da PNAD contínua. No item 3 são usados dados da PNAD contínua para caracterizar o perfil das categorias sócio ocupacionais. Algumas categorias socioocupacionais tiveram a análise prejudicada, pelo reduzido tamanho da amostra.

2. TENDÊNCIA GERAL DE EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

Na metrópole paulista nota-se com clareza uma redução da participação do trabalho manual e aumento do não manual entre 1995 e 2017: em 1995 a porcentagem de ocupados vinculados a trabalhos não manuais (dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores e ocupações médias) atingia 37,62% dos ocupados, percentual que subiu para 41,08% em 2004, 45,87% em 2014 e ultrapassou os 50% (52,98%) em 2017, conforma tabelas 1 e 2.

O peso relativo dos ocupados aumentou continuamente desde 1995 (41,43% da população tinha alguma ocupação) até 2017, quando 48,79% da população se manteve com ocupação, remunerada ou não. Deve ser lembrado que em 2000 modificou-se a forma de classificar as ocupações e em 2010 alguns conceitos também foram modificados. Além disso, apenas em outubro de 2011 foi introduzido a PNAD contínua, implantada a partir de janeiro de 2012. Esta introdução explica algumas diferenças (pequenas) entre os dados das tabelas 1 e 2.

Em relação à participação do trabalho não manual, observa-se que:

- Há um aumento da porcentagem de dirigentes, sobretudo durante a década de 2010. Em 1995 este percentual foi de 4,46% dos ocupados, diminuindo para 3,88 em 2009. Já em 2010 subiu para 4,56%, subindo continuamente nos anos seguintes até 7,18% em 2016, quando se reduziu para 6,57% em 2017;

- Entre 1995 e 2009 percebe-se redução acentuada dos grandes empregadores (0,72% em 1991 e 046,% em 2009) e aumento dos dirigentes do setor privado. Deve ser lembrado que esta redução é ainda mais significativa porque a conceituação de grande empregador, a partir de 2010, passou a ser pessoa com 5 ou mais empregados, ao invés de 10 ou mais, como era anteriormente. Em 2016 e 2017 há um pequeno aumento dos grandes empregadores (1,04% em 2017 e 1,21% em 2016), enquanto a percentagem de dirigentes do setor privado subiu para 5,32% em 2017. Em 2009 ela era de 3,21% dos ocupados;
- O grande aumento das categorias superiores se deu pelo aumento contínuo dos profissionais de nível superior, que representavam 4,80% do total dos ocupados em 1995, alcançando 8,60% em 2009 e 13,11% em 2017. Dentro da categoria, este aumento foi causado sobretudo pelo aumento dos empregados de nível superior (1,181% do total de ocupados em 1995, 3,92% em 2009 e 6,50% em 2017, um aumento de 3,6 vezes) e pelos estatutários de nível superior (3,6 vezes também). Os autônomos de nível superior tiveram aumento de 2,8 vezes e os professores de nível superior, aumento de 1,5 vezes);
- Nas ocupações médias houve um aumento de 4 pontos percentuais, equivalente a 1,17 vezes (23,86% dos ocupados em 1995 e 27,95% em 2017). As chamadas ocupações de escritório diminuíram seu peso proporcional de quase 12% dos ocupados para 10,70%. As outras se mantiveram, enquanto as ocupações médias de saúde e educação aumentaram sua participação em quase 2 pontos percentuais (mais de 2 vezes).

Em relação ao trabalho manual, nota-se:

- Uma diminuição de quase 20 pontos percentuais entre 1995 e 2017, equivalente a 48%. Esta diminuição se deu pela redução da percentagem dos trabalhadores do secundário e do terciário não especializado;
- Os trabalhadores do terciário especializado mantiveram sua participação estável em quase 19% do total de ocupados. A perda de 1,80 pontos percentuais dos trabalhadores do comércio foi compensada pelo ganho de 1,79 pontos entre os trabalhadores especializados;
- Entre os trabalhadores do secundário, a perda foi de 6,68 pontos percentuais entre 1995 e 2017, dos quais 3,5 entre 2012 e 2017, ou seja, nos últimos 5 anos (que representam mais de 50% da perda);
- Entre os secundários é notável a perda entre os trabalhadores das indústrias moderna e tradicional, de 9,72 pontos percentuais entre 1995 e 2017, uma perda de 55%. Esta perda não chegou a ser compensada pelo aumento proporcional dos operários dos serviços auxiliares (de 2,39 pontos percentuais) e pelos operários da construção civil (de 0,64 ponto percentual);
- Entre os trabalhadores do terciário não especializado percebeu-se uma perda de quase 2 pontos percentuais entre 1995 e 2017.No caso de São Paulo, a perda maior foi entre ambulantes e biscateiros (perda de 1,09 pontos percentuais, ou de 36%) e entre os trabalhadores domésticos (também 1,09 pontos percentuais,

equivalente a 15%). Os prestadores de serviços não especializados praticamente mantiveram seu peso proporcional.

Assim, a estrutura sócio-ocupacional na metrópole paulista mostra tendência de ampliação do trabalho não manual. Dentro desta categoria, é notável a ampliação dos profissionais de nível superior.

Dentro do trabalho manual, percebe-se nítida tendência de perda de emprego nas indústrias modernas e tradicionais e aumento do peso da construção civil até 2014, caindo em 2017.

Esta tendência geral merece um maior detalhamento a partir de 2012, quando a economia brasileira mostra uma inflexão. O período de governo de Dilma Rousseff inicia-se em 2011- 2014. Em maio de 2016 a presidente sofreu impeachment e foi substituída pelo seu vice. Até 2013 a taxa de crescimento do PIB brasileiro (com exceção de 2009, quando foi de -0,1%) foi positiva (em 2011, 4%; em 2012, 1,9%; em 2013, 3,0%. Dados do Valor Econômico). Em 2014 esta taxa reduziu-se para 0,5 % ao ano, e em 2015 e 2016 foi negativa, de -3,5% anuais. Em 2017 tornou a ser positiva, mas ainda com valor baixo, de 1%). Assim coloca-se a necessidade da avaliação mais detalhada do período de 2012 em diante, quando a economia brasileira começa a apresentar sinais de estagnação e aumento de desemprego.

Tabela 1 - Evolução percentual da distribuição das categorias socio-ocupacionais entre 1995 e 2017, Região Metropolitana de São Paulo

Categoria Sócio-ocupacional	1995	1999	2004	2009	2014	2017
DIRIGENTES	4,46%	4,32%	4,33%	3,88%	6,01%	6,57%
Grandes Empregadores	0,72%	0,89%	0,65%	0,46%	0,95%	1,04%
Dirigentes do Setor Público	0,62%	0,55%	0,34%	0,21%	0,25%	0,21%
Dirigentes do Setor Privado	3,12%	2,87%	3,35%	3,21%	4,81%	5,32%
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	4,80%	5,27%	6,46%	8,60%	10,76%	13,11%
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,00%	0,95%	1,02%	1,41%	1,68%	2,77%
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,81%	2,11%	2,84%	3,92%	5,10%	6,50%
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,40%	0,50%	0,52%	0,76%	0,84%	1,45%
Professores de Nível Superior	1,59%	1,71%	2,08%	2,51%	3,14%	2,38%
PEQUENOS EMPREGADORES	4,50%	3,79%	3,61%	3,44%	3,09%	4,45%
Pequenos Empregadores	4,50%	3,79%	3,61%	3,44%	3,09%	4,45%
OCUPAÇÕES MÉDIAS	23,86%	25,25%	26,68%	25,96%	26,01%	27,95%
Ocupações Artísticas e Similares	0,91%	1,04%	1,43%	1,22%	1,40%	1,01%
Ocupações de Escritório	11,96%	11,86%	11,34%	10,31%	10,56%	10,70%
Ocupações de Supervisão	2,55%	2,41%	2,67%	2,57%	2,25%	2,05%
Ocupações Técnicas	5,35%	6,50%	5,81%	6,65%	6,56%	5,07%
Ocupações Médias da Saúde e Educação	1,56%	1,88%	3,25%	2,95%	2,82%	3,49%
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,53%	1,57%	2,19%	2,26%	2,41%	1,18%
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	18,85%	19,23%	20,65%	20,78%	20,39%	18,82%
Trabalhadores do Comércio	11,96%	12,88%	12,36%	12,19%	11,56%	10,14%
Prestadores de Serviços Especializados	6,89%	6,35%	8,29%	8,59%	8,82%	8,68%
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	25,71%	24,23%	20,83%	20,70%	19,95%	19,03%
Trabalhadores da Indústria Moderna	9,71%	8,20%	7,37%	6,61%	5,43%	4,52%
Trabalhadores da Indústria Tradicional	7,84%	7,35%	5,14%	5,57%	4,35%	3,31%
Operários dos Serviços Auxiliares	2,65%	2,62%	3,18%	3,03%	3,64%	5,04%
Operários da Construção Civil	5,51%	6,05%	5,14%	5,49%	6,54%	6,15%
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	16,11%	16,92%	16,74%	16,12%	13,37%	14,19%
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,63%	5,85%	6,70%	6,58%	5,62%	5,89%
Trabalhadores Domésticos	7,44%	8,27%	7,90%	7,92%	6,59%	6,35%
Ambulantes e Biscateiros	3,04%	2,81%	2,13%	1,62%	1,16%	1,95%
TRABALHADORES AGRÍCOLAS	1,70%	0,99%	0,71%	0,52%	0,41%	0,35%
Agricultores	1,70%	0,99%	0,71%	0,52%	0,41%	0,35%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PNADS 1995, 1999, 2004, 2009 e 2014 e PNAD Contínua 2017. Como a PNAD Contínua não é compatível com a PNAD, optou-se por manter o dado na tabela para ilustrar a tendência, mas de forma destacada.

Tabela 2 - Evolução das grandes categorias socio-ocupacionais, Região Metropolitana de São Paulo 2012- 2017

Categoria	2012	2013	2014	2015	2016	2017
dirigentes	452.106	548.760	615.336	707.518	739.400	691.641
Profissionais de nível superior	1.170.374	1.353.393	1.340.273	1.211.477	1.422.925	1.379.254
Pequenos empregadores	336.952	370.125	408.720	396.836	466.943	468.381
Ocupações médias	2.599.812	2.671.224	2.585.304	2.562.158	2.572.460	2.472.796
Trabalhadores do terciário especializado	1.731.149	1.842.185	1.798.393	1.751.891	1.884.742	1.980.092
Trabalhadores do secundário	2.231.868	2.112.222	2.029.033	2.094.683	1.793.584	2.002.280
Trabalhadores do terciário não-especializado	1.363.032	1.384.667	1.397.582	1.366.747	1.396.486	1.492.962
Trabalhadores agrícolas	28.816	18.195	26.414	28.411	27.314	36.324
Total	9.914.108	10.300.771	10.201.056	10.119.720	10.303.854	10.523.730

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Tabela 3 - Evolução percentual das grandes categorias socio-ocupacionais, Região Metropolitana de São Paulo, 2012-2017

categorias	2.012	2.013	2.014	2.015	2.106	2.017
dirigentes	4,56%	5,33%	6,03%	6,99%	7,18%	6,57%
profissionais de nível superior	11,81%	13,14%	13,14%	11,97%	13,81%	13,11%
pequenos empregadores	3,40%	3,59%	4,01%	3,92%	4,53%	4,45%
ocupações médias	26,22%	25,93%	25,34%	25,32%	24,97%	23,50%
trabalhadores do terciário especializado	17,46%	17,88%	17,63%	17,31%	18,29%	18,82%
trabalhadores do secundário	22,51%	20,51%	19,89%	20,70%	17,41%	19,03%
trabalhadores do terciário não especializado	13,75%	13,44%	13,70%	13,51%	13,55%	14,19%
trabalhadores agrícolas	0,29%	0,18%	0,26%	0,28%	0,27%	0,35%
total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Nota-se no período 2012-2017 um aumento das camadas superiores (dirigentes e profissionais de nível superior), de 2,62 pontos percentuais entre 2012 e 2016, representado um aumento, em 4 anos, de 1,6 vezes. Em 2017 verificou-se uma pequena redução do percentual das camadas superiores, tanto nos dirigentes como nos profissionais de nível superior. Mesmo assim, em números absolutos, no período de 5 anos, entre 2012 e 2017, o número de dirigentes aumentou em quase 240 mil ocupados.

Em relação aos profissionais de nível superior, o aumento entre 2012 e 2017 foi de 1,30 pontos percentuais, 11% a mais no período, 204 mil ocupados. Sem dúvida um aumento grande, mas tanto proporcionalmente quando em número absolutos, menor que entre os dirigentes.

Entre as camadas médias, os pequenos empregadores também mostraram aumento percentual entre 2012 e 2017. Seu peso subiu até 2015, quando caiu um pouco, tornado a atingir patamar superior em 2016 e 2017. Num total de 1,05 pontos percentuais, 1,31 vezes, aumento de 131 mil ocupados. Já as ocupações médias mostram uma redução de 2,72 pontos percentuais, mais que 10 % em relação a 2012. Esta redução se traduz numa perda, em números absolutos, de 125 mil ocupados.

Entre as camadas populares há:

- Aumento do peso proporcional dos trabalhadores do terciário especializado, de 17,46% dos ocupados em 2012 para 18,82% em 2017, ou seja, um aumento de 1,36 pontos percentuais, 4,3% a mais que no início do período;
- Forte diminuição dos trabalhadores do secundário, de 22,51% dos ocupados para 19,03%. Esta diminuição de quase 3,5 pontos percentuais (mais que 15%) traduz-se numa perda, em números absolutos, de 228.588 ocupados.
- O percentual de trabalhadores do terciário não especializado oscilava em torno de 13,5% até o ano 2016. Em 2017, nota-se um aumento para 14,91% dos ocupados. Assim, em números absolutos, o total aproximado de 1,37 milhões subiu para 1.492.962 em 2017, com aumento de 130 mil ocupados.

Resumindo, percebe-se aumento das camadas superiores, tanto dos profissionais de nível superior como, de forma mais acentuada, dos dirigentes. Em relação às camadas médias, perda pequena. Em relação às camadas populares, leve aumento dos

trabalhadores do terciário especializado, leve aumento dos trabalhadores do terciário não especializado e perda acentuada dos trabalhadores do secundário.

3. CARACTERÍSTICAS DAS CATEGORIAS SOCIO-OCUPACIONAIS NA DÉCADA DE 2010

3.1. Dirigentes

3.1.1. Características demográficas

O segmento dos dirigentes teve um crescimento significativo no período 2012-2017, com taxa de crescimento de 8,84% ao ano, enquanto a taxa de crescimento da população ocupada no período foi de apenas 1,20%. Ou seja, este segmento populacional cresceu mais de 5 vezes o total de ocupados. Dentro dele, o maior crescimento se deu pelos dirigentes do setor privado, com taxa anual de 10,86%, seguidos pelos grandes empregadores, com taxa de 6,42%. Os dirigentes do setor público acusaram uma perda de mais de 16 mil ocupados, com taxa de -10,39% ao ano. É interessante notar que os dirigentes do setor público cresciam a taxas altas até 2014, quando atingiram 59.306 ocupados, caindo para 46.162 em 2015 e para 21.931 em 2017. Apenas lembrando, 2015 foi o primeiro ano com crescimento do PIB negativo, embora o perfil econômico de 2014 já sinalizasse uma crise econômica. (entre 2014 e 2015 a perda foi de mais de 13 mil ocupados). Uma hipótese é um enxugamento nas empresas públicas, de um lado, e um aumento de empresas privadas, com abertura de empreendimentos para compensar dispensas. O conceito de grande empregador flexibilizou-se para 5 empregados.

O perfil dos dirigentes é predominantemente masculino, conforme atesta a Tabela 5. A proporção de mulheres dirigentes aumenta ligeiramente em 2017. Nota-se que entre os grandes empregadores cerca de 80% dos ocupados eram do sexo masculino, assim como entre os dirigentes do setor público. Uma maior equidade de sexo é encontrada entre os dirigentes do setor privado, onde, em 2017, 45,2% eram mulheres.

Tabela 4 – RMSP, Dirigentes, distribuição por sexo, 2012-2017

ano	Masculino	Feminino	Total
2012	60,72%	39,28%	100,00%
2013	58,86%	41,14%	100,00%
2014	60,74%	39,26%	100,00%
2015	59,86%	40,14%	100,00%
2016	62,51%	37,49%	100,00%
2017	54,75%	45,25%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Tabela 5 – RMSP, Dirigentes, distribuição por cor, 2012-2017

anos	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2012	77,23%	2,50%	4,17%	15,51%	0,59%	100,00%
2013	81,07%	3,16%	6,19%	9,33%	0,25%	100,00%
2014	82,84%	4,40%	5,40%	7,36%	0,00%	100,00%
2015	81,79%	3,03%	5,39%	9,79%	0,00%	100,00%
2016	82,64%	2,03%	4,16%	11,17%	0,00%	100,00%
2017	77,85%	2,24%	7,33%	12,59%	0,00%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O mundo dos dirigentes, além de masculino, é branco. Em 2012 aparece um percentual mais elevado de pardos e até uma pequena porcentagem de indígenas. Em 2012 a porcentagem de dirigentes públicos pardos foi de 30,13%. Durante os outros anos esta proporção não se repetiu, ficando os percentuais de pardos nas 3 categorias sempre abaixo de 15%.

Tabela 6 – RMSP, Dirigentes, estrutura etária, 2012-2017

data	14 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 49	50 a 64	64 e mais	Total
2012	0,05%	4,70%	29,49%	40,29%	23,34%	2,13%	100,00%
2013	0,00%	5,99%	30,81%	36,18%	24,25%	2,77%	100,00%
2014	0,00%	5,13%	23,29%	43,37%	24,19%	4,02%	100,00%
2015	0,48%	4,84%	22,08%	41,65%	28,18%	2,76%	100,00%
2016	0,00%	2,80%	22,31%	39,69%	29,86%	5,34%	100,00%
2017	0,03%	3,47%	27,37%	44,88%	20,09%	4,17%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O grupo etário modal entre os dirigentes é o entre 35 a 49 anos. Em 2016 a proporção de dirigentes idosos aumentou, ainda ficando mais elevada que a média em 2017.

3.1.2. Características socioeconômicas

A escolaridade dos dirigentes tem subido de 2012, quando 60,4% possuíam nível superior completo, para 2017, quando este nível era partilhado por 74,5% dos dirigentes. Os grandes empregadores apresentam a maior proporção de pessoas com superior completo: 78,91% em 2017 e 61,30% em 2012, seguidos pelos dirigentes do setor privado (73,71% em 2017 e 62,26% em 2017). Os com menor nível de escolaridade são os dirigentes do setor público, com 42,03% apresentando nível superior completo em 2012 e 70,6% em 2017. O maior salto em termos de escolaridade se deu neste último segmento, o dos dirigentes públicos.

Tabela 7 – RMSP, Dirigentes, escolaridade, 2012-2017

anos	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Fundamental		Médio		Superior		Total
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
2012	0,96%	3,67%	1,46%	1,46%	21,70%	10,37%	60,39%	100,00%
2013	0,16%	1,93%	2,66%	1,18%	21,02%	6,89%	66,17%	100,00%
2014	0,26%	1,09%	1,68%	1,89%	15,57%	6,66%	72,85%	100,00%
2015	0,12%	2,22%	1,65%	1,44%	16,23%	6,91%	71,42%	100,00%
2016	0,19%	1,75%	0,91%	1,12%	14,16%	6,46%	75,40%	100,00%
2017	0,30%	1,39%	0,35%	1,20%	15,00%	7,30%	74,46%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Tabela 8 – RMSP, Dirigentes, renda, 2012-2017 (renda a preços de 2017)

anos	Ausente	Até 1.000,00	1.000,01 a 2.000,00	2.000,01 a 3.000,00	3.000,01 a 5.000,00	5.000,01 a 10.000,00	10.000,01 e mais	Total
2012	0,48%	2,79%	11,86%	21,55%	16,38%	18,63%	28,32%	100,00%
2013	0,13%	0,27%	12,07%	26,71%	19,10%	25,76%	28,51%	100,00%
2014	0,86%	0,03%	10,87%	9,70%	23,75%	25,10%	29,68%	100,00%
2015	0,00%	1,61%	12,59%	12,96%	22,25%	21,27%	29,32%	100,00%
2016	0,18%	1,68%	8,76%	10,51%	17,87%	26,18%	34,82%	100,00%
2017	0,38%	1,34%	11,32%	13,36%	20,38%	22,68%	30,53%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A faixa de renda modal entre os dirigentes foi de 10 mil reais e mais, em todos os anos, com a proporção aumentando de 2012 a 2016, caindo ligeiramente em 2017. Os grandes empregadores são os que mostram maior renda, com 52% em 2012 e 48% em 2017 com renda de mais de 10 mil reais mensais. Como comparação, os trabalhadores do terciário não especializado, em 2017, mostravam uma proporção de 44,85% com rendimento até 1000,00 reais.

3.1.3. Características de trabalho

Para este item foram mensurados 3 itens: duração da jornada de trabalho, as relações de trabalho e a existência de proteção social.

Embora o período de trabalho modal seja de 40 a 44 horas semanal, chama a atenção o percentual de dirigentes que trabalha mais de 49 horas por semana. Entre as demais categorias socio-ocupacionais apenas os pequenos empregadores mostram distribuição semelhante. Em 2014 quase ¼ dos dirigentes trabalhava 49 horas semanais ou mais. São sobretudo os grandes empregadores os responsáveis por este horário prolongado: em 2014, 62% dos grandes empregadores trabalhavam este período, e nos outros anos não menos que 50%.

Tabela 9 – RMSP Dirigentes. Horas trabalhadas semanalmente 2012-2017

ano	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
2012	0,89%	9,46%	55,61%	11,85%	22,18%	100,00%
2013	0,72%	5,23%	60,35%	13,23%	20,46%	100,0%
2014	0,03%	8,86%	52,56%	13,70%	24,85%	100,00%
2015	0,21%	6,35%	59,34%	11,15%	22,95%	100,00%
2016	0,42%	5,24%	66,65%	6,21%	21,48%	100,00%
2017	3,21%	6,88%	55,30%	10,26%	24,35%	100,00%

Fonte: PNAD continua, 2012-2017.

A posição na ocupação dos dirigentes mostra o grande percentual de empregados do setor privado com carteira assinada, proporção totalmente esperada para os dirigentes do setor privado e o percentual de empregadores e por conta própria. Mas chama a atenção a proporção que se mantém por volta de 6 a 7 % de empregados no setor privado sem carteira assinada. E, como esperado, a proporção de dirigentes com proteção social, contribuintes da seguridade social, é alta, aumentando nos 5 anos estudados.

Tabela 10 – RMSP Dirigentes Posição na ocupação, 2012-2017

Anos	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhad or familiar auxiliar
2012	58,83%	6,46%	0,00%	0,00%	3,81%	0,71%	2,36%	17,82%	9,53%	0,48%
2013	61,10%	7,89%	0,00%	0,00%	0,74%	0,85%	6,93%	17,34%	5,03%	0,13%
2014	60,24%	9,21%	0,00%	0,00%	1,93%	0,17%	7,81%	13,08%	6,70%	0,86%
2015	60,56%	7,16%	0,00%	0,00%	2,13%	0,29%	3,35%	19,34%	7,18%	0,00%
2016	58,00%	7,81%	0,00%	0,00%	0,95%	0,99%	3,29%	16,86%	11,91%	0,18%
2017	66,21%	5,30%	0,00%	0,00%	1,21%	0,61%	3,42%	15,90%	6,98%	0,38%

Fonte: PNAD 2012-2017.

Tabela 11 - RMSP Dirigentes. Existência de contribuição social, 2012-2017

anos	Contribuinte	Não contribuinte	Total
2012	88,23%	11,77%	100,00%
2013	93,82%	6,18%	100,00%
2014	91,51%	8,49%	100,00%
2015	92,94%	7,06%	100,00%
2016	91,03%	8,97%	100,00%
2017	94,47%	5,53%	100,00%

Fonte: PNAD continua, 2012-2017.

3.2. Profissionais de Nível Superior

3.2.1. Características demográficas

Os profissionais de nível superior também apresentaram crescimento forte entre 2012 e 2017, com taxa de 3,34% ao ano, num acréscimo de 208.880 ocupados. Esta

taxa, embora represente 2,8 vezes a taxa de crescimento da população ocupada, é menor que a dos dirigentes. Os profissionais empregados são o segmento maior entre os profissionais de nível superior, representando 48,55% do total destes profissionais em 2012 e 49,61% em 2017. Mas, embora com maior percentual, não foi o segmento que mais cresceu. Sua taxa de crescimento quinquenal foi de 3,79 ao ano, enquanto a dos autônomos foi de 10,78% anual, sua proporção nos profissionais de nível superior passando de 14,94% em 2012 para 21,14% em 2017. Os estatutários de nível superior cresceram a taxa de 3,90% ao ano, passando de 10,79% do total de profissionais de nível superior para 11,09%. Já os professores de nível superior tiveram decréscimo, com taxa negativa de -3,62% ao ano, passando de 25,72% do total para 18,15%, com perda de quase 51 mil ocupações. Como hipótese, pode-se ligar este crescimento de autônomos à mudança no tipo de contrato, a famosa pejetização. E o desaparecimento de 51 mil vagas de professor de nível superior ao fechamento de cursos universitários a partir de 2013-2014.

Tabela 12 – RMSP Profissionais de nível superior. Sexo 2012-2017

ano	Masculino	Feminino	Total
2012	45,67%	54,33%	100,00%
2013	45,05%	54,95%	100,00%
2014	42,28%	57,72%	100,00%
2015	47,30%	52,70%	100,00%
2016	44,40%	55,60%	100,00%
2017	44,13%	55,87%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Contrariamente aos dirigentes, a maioria dos profissionais de nível superior é do sexo feminino. A proporção aproximada de cerca de 55% de mulheres se mantém na década. Há diferenças sensíveis, entretanto, na distribuição quanto ao sexo nas diversas categorias socio-ocupacionais que integram os profissionais de nível superior. Entre os profissionais autônomos e empregados, a proporção de homens é maior (54,19% e 57,57% para autônomos e empregados em 2012 e 2017, descendo para 49,5% e 52,4% em 2017). Já as mulheres são maioria entre os estatutários e professores de nível superior (a proporção de homens sendo 34,6% e 22,9% em 2012 e 40,8% e 17,3% em 2017). Percebe-se que o sexo feminino ocupa preferencialmente o serviço público e o ensino.

Os profissionais de nível superior são predominantemente brancos, não variando sua proporção no período analisado. A maior proporção de brancos está entre os autônomos de nível superior, onde 88,76% eram brancos em 2012 e 80,41% em 2017. Notou-se uma diminuição do percentual de brancos entre os professores de nível superior (97% brancos em 2012, 71,6% em 2017). A proporção de pretos + pardos entre os professores de nível superior atingiu ¼ do total da categoria.

Tabela 13 – RMSP Profissionais de nível superior. Cor, 2012-2017

anos	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2012	78,89%	3,56%	4,09%	13,46%	0,00%	100,00%
2013	76,01%	5,12%	5,36%	13,41%	0,09%	100,00%
2014	78,06%	4,04%	6,03%	11,87%	0,00%	100,00%
2015	77,43%	4,07%	5,90%	12,31%	0,29%	100,00%
2016	77,39%	6,28%	4,96%	11,37%	0,00%	100,00%
2017	77,23%	5,20%	4,38%	13,15%	0,04%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

Tabela 14 – RMSP Profissionais de nível superior. Estrutura etária, 2012-2017

data	14 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 49	50 a 64	64 e mais	Total
2012	0,00%	7,49%	33,25%	36,94%	19,41%	2,91%	100,00%
2013	0,14%	6,01%	36,48%	35,73%	18,04%	3,59%	100,00%
2014	0,02%	6,22%	36,21%	33,23%	21,30%	3,01%	100,00%
2015	0,40%	5,28%	33,68%	34,97%	22,16%	3,52%	100,00%
2016	0,00%	5,17%	32,56%	39,94%	18,56%	3,77%	100,00%
2017	0,00%	5,66%	27,10%	40,71%	21,59%	4,93%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

Em relação ao grupo etário, nota-se um envelhecimento em 2017, quando quase 5% dos profissionais de nível superior apresentaram 64 anos e mais. Este envelhecimento já era notado em 2016, com 5,34% dos profissionais com 64 anos e mais. A proporção de ocupados com mais de 50 anos, entretanto, se manteve estável, cerca de ¼ dos profissionais de nível superior com 50 anos e mais.

A estrutura por idades entre os componentes mostra que os profissionais autônomos e os empregados são mais jovens, enquanto os estatutários apresentam maior proporção de trabalhadores com 50 anos e mais: 32,88% em 2012 e 40,87% em 2017.

3.2.2. Características socioeconômicas

Nos dois últimos anos, 2016 e 2017, a proporção de profissionais de nível superior com o grau superior completo aumentou. Os professores de nível superior apresentaram, tanto em 2012 como em 2017, 100% de grau superior completo. Os estatutários, em 2017 com 100% de superior completo, em 2012 mostravam uma proporção de 95%. Entre os autônomos, houve também um aumento de superior completo, de 89% em 2012 para 94% em 2017, assim como entre os empregados, de 91% para 95%.

Tabela 15 – RMSP Profissionais de nível superior. Escolaridade, 2012-2017

anos	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Fundamental		Médio		Superior		Total
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
2012	0,00%	0,13%	0,00%	0,31%	3,44%	2,61%	93,50%	100,00%
2013	0,00%	0,13%	0,00%	0,31%	3,44%	2,61%	93,50%	100,00%
2014	0,00%	0,15%	0,41%	0,10%	3,09%	3,19%	93,06%	100,00%
2015	0,00%	0,00%	0,00%	0,40%	4,31%	3,02%	92,27%	100,00%
2016	0,36%	0,23%	0,17%	0,45%	1,98%	1,80%	95,00%	100,00%
2017	0,00%	0,07%	0,10%	0,24%	1,22%	2,06%	96,31%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Tabela 16 – RMSP, Profissionais de nível superior. Renda a preços de 2017, 2012-2017

anos	Ausente	Até 1.000,00	1.000,01 a 2.000,00	2.000,01 a 3.000,00	3.000,01 a 5.000,00	5.000,01 a 10.000,00	10.000,01 e mais	Total
2012	0,00%	2,95%	12,46%	22,64%	24,02%	26,73%	11,19%	100,00%
2013	0,00%	1,95%	17,32%	18,95%	26,71%	25,49%	13,74%	100,00%
2014	0,12%	2,45%	12,63%	17,71%	30,50%	22,90%	13,70%	100,00%
2015	0,00%	4,15%	14,62%	21,74%	26,48%	20,34%	12,66%	100,00%
2016	0,21%	2,13%	9,98%	17,54%	25,45%	27,99%	16,70%	100,00%
2017	0,14%	2,83%	12,82%	18,89%	22,90%	25,36%	17,05%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O intervalo de renda modal entre os profissionais de nível superior é o salário entre 3000 e 5000 reais mensais até 2015, quando muda para o intervalo entre 5000 e 10000 reais. Nos anos de 2016 e 2017 o percentual de ocupados ganhando mais de 5000 reais aumentou para 44% em 2016 e 39% em 2017. Sua renda modal é inferior à dos dirigentes.

Entre os profissionais de nível superior existe um diferencial de renda: os estatutários apresentam maior percentual nos intervalos mais altos (com 55% ganhando mais de 5000 reais em 2012 e 47,5% em 2015), e os professores de nível superior com menor proporção nos intervalos mais altos (19,8% ganhando mais de 5000 reais em 2012 e 20,3% em 2017). Os profissionais autônomos apresentam maior média que os empregados, com ligeira perda entre 2012 e 2017.

3.2.3. Características do trabalho

O número de horas modal trabalhado semanalmente pelos profissionais de nível superior é o de 40 a 44 horas, ou seja, o período de 8 horas por dias, 5 dias por semana. Diferentemente dos dirigentes, a proporção dos que trabalham 49 horas ou mais é inferior a 10%. Os profissionais autônomos exerciam período maior, com 16,7% trabalhando mais que 49 horas em 2012 e 15,3% em 2017. De outro lado, os professores apresentavam menor período de trabalho, com 4,6% trabalhando por período de mais de 49 horas em 2012 e 5,7% em 2017.

Tabela 17 – RMSP Profissionais de nível superior. Horas trabalhadas, 2012-2017

ano	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
2012	1,74%	21,99%	9,21%	9,21%	9,17%	100,00%
2013	3,04%	23,96%	54,95%	8,11%	9,94%	100,00%
2014	2,17%	24,44%	54,06%	10,2%	9,18%	100,00%
2015	4,27%	27,39%	53,15%	6,85%	8,33%	100,00%
2016	2,13%	21,93%	60,59%	6,84%	8,51%	100,00%
2017	2,19%	21,65%	61,67%	5,68%	8,81%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

Tabela 18 – RMSP Posição na ocupação. Profissionais de nível superior, 2012-2017

Anos	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhad or familiar auxiliar	total
2012	51,81%	5,80%	0,00%	0,00%	3,26%	2,03%	21,01%	0,00%	16,08%	0,00%	100,00%
2013	49,45%	7,71%	0,00%	0,00%	3,22%	1,72%	21,68%	0,00%	16,23%	0,00%	100,00%
2014	49,35%	6,81%	0,00%	0,00%	3,87%	1,45%	19,91%	0,00%	18,61%	0,00%	100,00%
2015	50,18%	8,16%	0,00%	0,00%	2,85%	1,99%	18,52%	0,00%	18,31%	0,00%	100,00%
2016	52,19%	8,19%	0,00%	0,00%	1,38%	1,69%	14,52%	0,00%	22,04%	0,00%	100,00%
2017	48,37%	6,92%	0,00%	0,00%	3,14%	1,48%	18,01%	0,00%	22,08%	0,00%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os profissionais de nível superior são, na sua maioria, empregados no setor privado com carteira assinada. Nos dois últimos anos do período estudado a proporção de ocupados por conta própria aumentou, conforme mostra a Tabela 19. Como seria esperado, 100% dos autônomos são por conta própria em 2012. Entre os empregados, 89,79% têm carteira assinada e 10,21% trabalham sem carteira assinada em 2012. Estas proporções se mantem em 2017. Já entre os professores de nível superior, em 2012, 52% eram empregados do setor privado com carteira assinada, 21% estatutários e 16% por conta própria. Em 2017, apenas 30% eram empregados do setor privado com carteira assinada, 55,5% estatutários e apenas 5% por conta própria. A relativamente numerosa fundação de universidades públicas, sobretudo federais, pode ser um dos fatores explicativos para o aumento dos estatutários.

Tabela 19 – RMSP Profissionais de nível superior. Existência de contribuição social, 2012-2017

anos	Contribuinte	Não contribuinte	Total
2012	89,56%	10,44%	100,00%
2013	88,45%	11,55%	100,00%
2014	89,76%	10,24%	100,00%
2015	87,97%	12,03%	100,00%
2016	88,00%	12,00%	100,00%
2017	87,87%	12,13%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os profissionais de nível superior são, na sua grande maioria, contribuintes para a previdência social. Em 2012 o peso dos não contribuintes estava nos autônomos de nível superior, quando 44,8% não pagavam previdência social. Em 2017 esta porcentagem diminuiu para 39,2%.

3.3. Pequenos Empregadores

3.3.1. Características demográficas

O segmento dos pequenos empregadores cresceu a uma taxa de 6,81% ao ano no período 2012-2017. Em relação aos grandes grupos, só é superada pela taxa de crescimento dos dirigentes.

Tabela 20 – RMSP. Pequenos empregadores. Sexo, 2012-2017

ano	Masculino	Feminino	Total
2012	70,77%	29,23%	100,00%
2013	64,82%	35,18%	100,00%
2014	65,80%	34,20%	100,00%
2015	70,82%	29,18%	100,00%
2016	64,47%	35,53%	100,00%
2017	67,59%	32,41%	100,00%

Fonte: PNAD continua, 2012-2017.

Tal como nos dirigentes, este segmento populacional é predominantemente masculino, variando pouco no quinquênio. Também como entre os dirigentes, é predominantemente branco, embora a proporção de pretos + pardos tenha aumentado nos últimos anos, sobretudo em 2017 (21,1% em 2012 e 28,5% em 2017)

Tabela 21 – RMSP Pequenos empregadores. Cor, 2012-2017

anos	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2012	72,88%	2,35%	5,32%	18,79%	0,66%	100,00%
2013	70,94%	3,14%	5,68%	19,75%	0,49%	100,00%
2014	74,22%	3,00%	4,92%	17,86%	0,00%	100,00%
2015	78,12%	3,17%	4,14%	14,56%	0,00%	100,00%
2016	74,63%	3,81%	5,89%	15,27%	0,40%	100,00%
2017	67,41%	6,48%	4,13%	21,99%	0,00%	100,00%

Fonte: PNAD Continua, 2012-2017.

Tabela 22 - RMSP Pequenos empregadores. Idade, 2012-2017

data	14 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 49	50 a 64	64 e mais	Total
2012	0,00%	1,58%	15,45%	43,41%	30,65%	8,92%	100,00%
2013	0,00%	1,53%	21,95%	39,90%	30,12%	6,50%	100,00%
2014	0,00%	1,59%	13,58%	39,99%	37,58%	7,26%	100,00%
2015	0,00%	3,66%	16,68%	36,26%	34,96%	8,43%	100,00%
2016	0,00%	2,22%	12,18%	38,31%	37,70%	9,60%	100,00%
2017	0,00%	1,09%	16,28%	41,27%	34,25%	7,10%	100,00%

Fonte: PNAD continua, 2012-2017.

O percentual de idosos - 64 anos e mais- entre os pequenos empregadores é maior que entre os dirigentes, onde atingia geralmente valores menores que 5%. Uma hipótese seria que a abertura de pequenos negócios faria parte de uma estratégia de

sobrevivência para complementar a renda por aposentadoria e a falta de oportunidade para emprego entre ocupados de grupo etário mais elevado.

3.3.2. Características socioeconômicas

Tabela 23 – RMSP Pequenos empregadores. Escolaridade 2012-2017

anos	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Fundamental		Médio		Superior		Total
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
2012	1,22%	11,85%	6,56%	4,60%	28,55%	2,93%	44,28%	100,00%
2013	1,16%	11,03%	8,24%	2,93%	30,94%	8,91%	36,78%	100,00%
2014	1,31%	8,82%	5,27%	1,24%	29,06%	6,56%	47,74%	100,00%
2015	2,04%	10,84%	7,39%	3,79%	28,12%	5,64%	42,19%	100,00%
2016	1,11%	8,70%	9,09%	2,34%	27,70%	4,02%	47,04%	100,00%
2017	0,38%	9,96%	4,91%	4,01%	28,89%	5,70%	46,15%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A escolaridade modal entre os pequenos empregadores é o curso superior completo. Mas a proporção de pequeno empregadores com esta escolaridade é menor que entre os dirigentes, onde o percentual de ocupados com superior completo oscilava em torno de 74%. Nota-se uma pequena melhoria no nível de escolaridade no quinquênio, com a proporção de ocupados com nível superior completo aumentando de 37% em 2013 para 46% em 2017.

Tabela 24 – RMSP Pequenos empregadores. Renda, 2012-2017, renda no valor de 2017

anos	Ausente	Até 1.000,00	1.000,01 a 2.000,00	2.000,01 a 3.000,00	3.000,01 a 5.000,00	5.000,01 a 10.000,00	10.000,01 e mais	Total
2012	0,00%	2,59%	12,97%	16,79%	17,80%	35,54%	14,31%	100,00%
2013	0,00%	4,63%	15,11%	13,81%	18,95%	33,13%	14,24%	100,00%
2014	0,00%	2,46%	6,99%	13,09%	22,43%	34,08%	20,96%	100,00%
2015	0,00%	0,55%	14,38%	17,67%	26,13%	20,78%	20,50%	100,00%
2016	0,00%	3,46%	11,39%	15,04%	24,26%	22,35%	23,50%	100,00%
2017	0,00%	6,62%	13,98%	17,84%	23,02%	22,26%	16,27%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

A renda modal dos pequenos empregadores fica no grupo entre 5000 e 10000 reais (valor de 2017). É mais alta que a dos profissionais de nível superior, mas inferior à dos dirigentes. Em 2017, nota-se uma relativa perda de renda em relação aos 3 anos anteriores.

3.3.3. Características de trabalho

A carga de trabalho declarada pelos pequenos empregadores é surpreendente: em praticamente todos os anos mais de 40% deles trabalhavam 49 horas ou mais semanalmente. Entre os dirigentes apenas cerca de 20% apresentam este período. E entre os profissionais de nível superior, menos de 10%. O pequeno empregador, perante um cenário de crise, tende a contratar menos empregados e utilizar sua força de trabalho própria no negócio para viabilizá-lo. Tem mais problemas para conseguir pagar encargos e passivo trabalhista. E, em geral, supervisiona o seu negócio bastante

próximo, encarregando-se do trabalho nele utilizado. Como exemplos, donos de pequenas lojas, de escritórios de serviços de pequeno porte etc.

Tabela 25 – RMSP Pequenos empregadores. Horas semanais trabalhadas, 2012-2017

ano	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
2012	1,13%	11,96%	15,39%	15,39%	43,11%	100,00%
2013	1,41%	8,75%	30,09%	15,23%	44,52%	100,0%
2014	0,06%	9,97%	27,19%	15,34%	47,45%	100,00%
2015	0,76%	11,70%	36,51%	15,94%	35,08%	100,00%
2016	0,45%	6,94%	40,99%	10,08%	41,53%	100,00%
2017	1,18%	10,22%	34,92%	13,76%	39,91%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Tabela 26 – RMSP Pequenos empregadores Existência de contribuição social 2012-2017

anos	Contribuinte	Não contribuinte	Total
2012	67,74%	32,26%	100,00%
2013	75,93%	24,07%	100,00%
2014	81,95%	18,05%	100,00%
2015	77,12%	22,88%	100,00%
2016	82,41%	17,59%	100,00%
2017	74,62%	25,38%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Cerca de $\frac{1}{4}$ dos pequenos empregadores não têm proteção social, proporção que se mantém ao longo do período estudado, com ligeiro aumento em 2017, e é maior que entre os profissionais de nível superior e entre os dirigentes.

3.4. Ocupações Médias

3.4.1. Características demográficas

As ocupações médias agrupam quase 1,2 milhão de pessoas (1.195.922 em 2012 e 1.125.638 em 2017). No período estudado acusaram perda de 70 mil ocupados, resultando numa taxa de crescimento negativa de -1,00% ao ano. Integram as ocupações médias ocupações artísticas e similares, com cerca de 4% do total das ocupações médias e taxa de crescimento negativa de -0,83% anuais; ocupações de escritório, que representavam 46% do total das ocupações médias em 2012 e 45,52% em 2017, com taxa também negativa de -1,20% ao ano; ocupações de supervisão, que desceram de 12,3% em 2012 para 8,7% do total das ocupações médias em 2017, com taxa negativa de -7,53%; ocupações técnicas, com taxa também negativa de -1,85%; ocupações médias de saúde e educação, que representavam 22,53% do total das ocupações médias em 2012 e 21,58% em 2017, e que apresentaram uma taxa de crescimento positiva de 2,69% e ocupações de segurança pública, justiça e correio, com percentual de apenas

2,58% do total das ocupações médias em 2012, mas subindo para 5,04% em 2017, e taxa de crescimento espetacular, de 13,21%. Resumindo: aumento dos ocupados nas ocupações médias de saúde e educação, e nas ocupações de segurança, justiça e correios e diminuição relativa e mesma absoluta de ocupações de escritório, supervisão, técnicas e artísticas.

Tabela 27 – RMSP Ocupações médias. Sexo, 2012-2017

ano	Masculino	Feminino	Total
2012	48,09%	51,91%	100,00%
2013	47,40%	52,60%	100,00%
2014	47,56%	52,44%	100,00%
2015	47,91%	52,09%	100,00%
2016	47,38%	52,62%	100,00%
2017	44,85%	55,15%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012 -2017.

As ocupações médias são exercidas predominantemente por pessoas do sexo feminino, sendo que o seu percentual aumentou entre 2012 e 2017, em mais de 3 pontos percentuais. A distinção por sexo muda conforme o tipo de ocupação dentro das ocupações médias: assim, em 2017, as ocupações de escritório e as de saúde e educação eram francamente femininas (com proporção de mulheres de 66% e 73% respectivamente) enquanto as de supervisão e técnicas eram predominantemente masculinas (60% e 71% de homens, respectivamente)

Tabela 28 – RMSP Ocupações médias. Cor, 2012-2017

anos	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2012	65,09%	5,16%	1,34%	28,42%	0,00%	100,00%
2013	64,26%	6,62%	2,19%	26,88%	0,05%	100,00%
2014	62,25%	6,03%	2,97%	28,65%	0,11%	100,00%
2015	62,47%	6,26%	2,62%	28,64%	0,00%	100,00%
2016	62,61%	7,03%	3,80%	26,56%	0,00%	100,00%
2017	59,61%	8,92%	1,81%	29,48%	0,18%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

A distribuição por cor é estável, com cerca de 60% de brancos e cerca de 40% de pretos e pardos. Dentro das ocupações, nota-se, em 2017, predominância de brancos nas ocupações técnicas (71%) e artísticas (66%), e maior equivalência entre etnias nas outras (56% de brancos nas ocupações de escritório, 55% em supervisão, 56% em saúde e educação, 52% em segurança pública, justiça e correios).

Em relação à idade, a idade modal dos trabalhadores nas ocupações médias fica no grupo etário entre 25 a 49 anos. Poucos maiores de 64 anos ocupam estas categorias socio-ocupacionais, mas, pela primeira vez, aparecem ocupados entre 14 e 17 anos, em proporções baixas em todos os anos do quinquênio.

Tabela 29 – RMSP Ocupações médias, Idade, 2012- 2017

data	14 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 49	50 a 64	64 e mais	Total
2012	2,37%	22,62%	32,70%	27,64%	12,82%	1,84%	100,00%
2013	1,69%	23,00%	31,52%	28,94%	13,25%	1,60%	100,00%
2014	2,59%	21,52%	29,92%	30,56%	13,53%	1,88%	100,00%
2015	1,70%	20,67%	31,64%	29,60%	14,14%	2,25%	100,00%
2016	1,56%	18,61%	32,23%	31,28%	14,95%	1,37%	100,00%
2017	1,04%	20,84%	26,89%	31,26%	16,82%	3,14%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

Tabela 30 – RMSP. Detalhamento do grupo etário dentro das ocupações médias, 2017

Categorias	14 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 49	50 a 64	64 e mais	Total
Ocupações Artísticas e Similares	2,04%	11,73%	21,86%	34,17%	22,46%	7,74%	100,00%
Ocupações de Escritório	1,46%	27,24%	29,70%	26,57%	12,42%	2,61%	100,00%
Ocupações de Supervisão	0,91%	10,09%	32,41%	31,45%	22,84%	2,30%	100,00%
Ocupações Técnicas	0,48%	17,07%	24,88%	33,74%	18,89%	4,93%	100,00%
Ocupações Médias da Saúde e Educação	0,69%	14,79%	20,33%	41,70%	20,12%	2,37%	100,00%
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	0,00%	23,43%	24,21%	29,49%	22,87%	0,00%	100,00%
Ocupações médias	1,04%	20,84%	26,89%	31,26%	16,82%	3,14%	100,00%

Fonte: PNAD continua, 2017.

A Tabela 31 mostra que a distribuição etária, dentro das categorias das ocupações médias, apresenta distintos grupos etários modais: assim, para as ocupações artísticas e similares, para as técnicas, saúde e educação e segurança pública, justiça e correios, o grupo etário modal é o de 35 a 49 anos. Já para as ocupações de escritório é menor, de 25 a 34 anos. Outro detalhe refere-se aos grupos mais velhos: sua presença é maior nas atividades artísticas e nas ocupações técnicas.

3.4.2. Características socioeconômicas

Nota-se forte aumento da escolaridade superior completa entre 2012 e 2017. Este aumento se deu de forma diferenciada entre as diversas categorias integrantes das ocupações médias: foi de 13,39 pontos percentuais nas ocupações de supervisão, 12,7 pontos percentuais entre as ocupações de segurança, justiça e correios e 8,78 pontos percentuais nas ocupações técnicas. Nas ocupações de escritório reduziu-se a 4,7 pontos percentuais, enquanto as médias de saúde e educação e as artísticas mantiveram em patamares semelhantes. Percebe-se que para a ocupação de cargos técnicos e de supervisão foi requerida uma maior escolaridade. O mesmo pode ser afirmado em relação às ocupações de segurança, justiça e correios.

Tabela 31 – RMSP Ocupações médias. Escolaridade, 2012-2017

anos	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Fundamental		Médio		Superior		Total
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
2012	0,60%	4,89%	4,94%	5,53%	50,02%	14,13%	19,88%	100,00%
2013	0,33%	3,05%	4,46%	4,31%	49,88%	15,34%	22,62%	100,00%
2014	0,47%	3,94%	4,68%	5,10%	45,96%	15,51%	24,33%	100,00%
2015	0,56%	3,77%	4,27%	4,42%	45,99%	16,25%	24,74%	100,00%
2016	0,44%	2,31%	3,45%	3,83%	45,14%	16,00%	28,84%	100,00%
2017	0,51%	3,81%	3,32%	3,75%	45,97%	16,61%	26,02%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O grupo de renda modal para os trabalhadores das ocupações médias mostra um rendimento mensal entre 1000 e 2000 reais. Esta moda inclui ocupações artísticas, escritório, supervisão, técnicas e saúde e educação. As ocupações de justiça, segurança e correios apresentam moda superior, no grupo entre 3000 e 5000 reais, tanto em 2012 como em 2017. A presença de melhor escolaridade nas ocupações de supervisão e técnicas não foi acompanhada por melhoria de renda.

Tabela 32 – RMSP Ocupações médias. Renda (valor de 2017), 2012- 2017

anos	Ausente	Até 1.000,00	1.000,01 a 2.000,00	2.000,01 a 3.000,00	3.000,01 a 5.000,00	5.000,01 a 10.000,00	10.000,01 e mais	Total
2012	0,41%	15,54%	41,94%	22,41%	12,40%	6,11%	1,20%	100,00%
2013	0,84%	11,04%	49,16%	5,54%	13,81%	5,38%	1,68%	100,00%
2014	0,51%	13,19%	43,97%	15,52%	17,22%	7,11%	2,49%	100,00%
2015	0,60%	11,43%	47,62%	19,29%	13,59%	5,26%	2,21%	100,00%
2016	0,46%	11,17%	39,36%	20,35%	15,31%	10,08%	3,27%	100,00%
2017	0,28%	17,13%	42,22%	18,91%	13,57%	5,80%	2,10%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

3.4.3. Características de trabalho

O período modal de trabalho para as ocupações médias tem sido de 40 a 44 horas semanais. Percebe-se que em 2016 e 2017 a proporção dos ocupados que trabalhavam período maior que 44 horas diminuiu. Aliás, já em 2015 o percentual dos que trabalhavam período mais longo, de 49 horas e mais, tinha diminuído.

Tabela 33 – RMSP Ocupações médias Horas semanais trabalhadas, 2012-2017

ano	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
2012	2,28%	17,29%	51,80%	18,09%	10,54%	100,00%
2013	1,68%	21,00%	50,64%	18,60%	8,07%	100,00%
2014	1,73%	21,43%	51,74%	16,87%	8,22%	100,00%
2015	2,32%	22,46%	52,89%	15,91%	6,42%	100,00%
2016	1,29%	19,66%	63,84%	9,34%	5,86%	100,00%
2017	1,92%	23,82%	58,98%	7,85%	7,43%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

As diversas categorias não apresentam distribuição equivalente de horas de trabalho: As ocupações de supervisão mostravam um percentual de 25% em 2012 e 23% em 2017 trabalhando 49 horas e mais. Outro grupo com proporção grande de pessoas trabalhando período logo foi o de ocupações técnicas, com 14% em 2012 e 10% em 2017 com 49 horas e mais semanais. Os trabalhadores em ocupações de justiça,

segurança e correios, que mostravam grupo de 11% trabalhando 49 horas e mais em 2012, em 2017 viram esta proporção se reduzir para 4%. De outro lado, os com ocupações artísticas, com 11% trabalhando período longo em 2012, aumentaram seu peso para 19% em 2017.

Os ocupados em supervisão e técnicas trabalham mais horas e tem melhor escolaridade, mas isto não se traduz em melhor salário.

Tabela 34 – RMSP Ocupações médias. Posição na ocupação, 2012-2017

Anos	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	total
2012	68,74%	10,56%	0,00%	0,00%	2,08%	1,33%	8,65%	0,00%	8,24%	0,41%	100,00%
2013	67,53%	9,58%	0,00%	0,00%	2,24%	1,08%	9,94%	0,00%	9,01%	0,60%	100,00%
2014	64,90%	10,92%	0,00%	0,00%	2,15%	0,87%	11,57%	0,00%	9,10%	0,51%	100,00%
2015	63,81%	9,44%	0,00%	0,00%	3,17%	1,19%	10,43%	0,00%	11,38%	0,58%	100,00%
2016	62,30%	9,89%	0,00%	0,00%	1,81%	1,59%	11,98%	0,00%	12,13%	0,29%	100,00%
2017	60,73%	12,31%	0,00%	0,00%	2,82%	0,59%	10,95%	0,00%	12,36%	0,24%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria dos trabalhadores nas ocupações médias é empregado no setor privado com carteira assinada. Esta proporção vem diminuindo no período: em 2012 era 69% e em 2017 61%. Nota-se, em 2017, a proporção de mais de 12% de empregados sem carteira assinada e, a partir de 2015, o aumento da porcentagem dos por conta própria.

A distribuição entre as categorias difere bastante: os ocupados em segurança, justiça e correios declararam-se como empregadores em 73,9% em 2012 e 71,4% em 2017; os com ocupação artística são majoritariamente trabalhadores familiares (56,96% em 2012 e 62,41% em 2017). Muitos trabalhadores em ocupações técnicas (16,54% em 2017), saúde e educação (14,22%) e segurança (11,70%) são na realidade empregados equivalentes a domésticos com carteira de trabalho assinada. Governantas, cuidadores e guardas privados devem estar integrando este contingente.

Tabela 35 – RMSP Ocupações médias. Contribuição social, 2012-2017

anos	Contribuinte	Não contribuinte	Total
2012	84,87%	15,13%	100,00%
2013	85,62%	14,38%	100,00%
2014	85,95%	14,05%	100,00%
2015	85,88%	14,12%	100,00%
2016	84,11%	15,89%	100,00%
2017	83,01%	16,99%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os trabalhadores das ocupações médias gozam de boa proteção social, embora a proporção de não contribuintes venha aumentando no período.

3.5. Trabalhadores do Terciário Especializado

3.5.1. Características demográficas

Os trabalhadores do terciário especializado cresceram a uma taxa de 2,72% ao ano entre 2012 e 2017, 2,3 vezes a taxa de crescimento do total de ocupados. Os trabalhadores do comércio cresceram mais que os trabalhadores dos serviços especializados: 3,35% anuais e 2,02% anuais, respectivamente, 2,8 e 1,7 vezes o crescimento do total dos ocupados. Este dado corrobora a tendência da metrópole de se transformar numa metrópole de serviços.

Tabela 36 – RMSP Trabalhadores do terciário. Sexo, 2012-2017

ano	Masculino	Feminino	Total
2012	49,54%	50,46%	100,00%
2013	49,05%	50,95%	100,00%
2014	48,12%	51,88%	100,00%
2015	49,71%	50,29%	100,00%
2016	50,34%	49,66%	100,00%
2017	48,03%	51,97%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Entre os trabalhadores do terciário especializado, a proporção de mulheres e de homens é semelhante, com ligeiro predomínio do sexo feminino. No comércio, em 2012 os homens representavam 45,33% dos ocupados, passando a 47,7 % em 2017. Assim, no comércio, a maioria dos trabalhadores é do sexo feminino, embora esta maioria tenha diminuído. De outro lado, em 2012, os trabalhadores do terciário especializado do sexo masculino eram 54,15%, enquanto já em 2017 os homens perdiam a maioria, com 48,4% dos ocupados.

Tabela 37 – RMSP Trabalhadores do terciário especializado. Cor, 2012-2017

anos	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2012	65,09%	5,16%	1,34%	28,42%	0,00%	100,00%
2013	64,26%	6,62%	2,19%	26,88%	0,05%	100,00%
2014	62,25%	6,03%	2,97%	28,65%	0,11%	100,00%
2015	62,47%	6,26%	2,62%	28,64%	0,00%	100,00%
2016	62,61%	7,03%	3,80%	26,56%	0,00%	100,00%
2017	59,61%	8,92%	1,81%	29,48%	0,18%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Percebe-se o aumento percentual de pretos + pardos no intervalo estudado. Em 2012 a proporção de pretos + pardos era de 33,6% e em 2017, 38,4%. Esta distribuição difere por ocupação: os trabalhadores do comércio ainda são predominantemente brancos, tanto em 2012 (59,08%) como em 2017 (53,22%). Já os trabalhadores dos serviços especializados, que apresentavam 54,75% de brancos em 2012, em 2017 já mostram uma maioria de não brancos (55,21% de não brancos).

Em todos os anos, os trabalhadores do terciário especializado situam-se no grupo etário de 35 a 49 anos, com grande concentração também no grupo 25 a 34 anos.

Tabela 38 – RMSP trabalhadores do terciário especializado. 2012-2017

data	14 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 49	50 a 64	64 e mais	Total
2012	2,52%	16,21%	29,96%	31,52%	16,78%	3,01%	100,00%
2013	4,86%	17,42%	26,47%	30,66%	17,47%	3,12%	100,00%
2014	3,29%	13,09%	27,31%	34,61%	19,59%	2,11%	100,00%
2015	3,47%	17,43%	23,93%	31,18%	20,43%	3,57%	100,00%
2016	2,11%	14,69%	27,54%	31,83%	20,10%	3,73%	100,00%
2017	2,27%	18,21%	26,07%	31,07%	19,20%	3,17%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Percebe-se um envelhecimento pequeno dos trabalhadores do terciário não especializado: a proporção de ocupados em 2012 no grupo etário 50 a 64 anos era de apenas 17%, e em 2017, alcanço 19%. A idade modal é 35 a 49 anos. Entre os trabalhadores dos serviços especializado, entre 2012 e 2017, notou-se um aumento de mais de 4 pontos percentuais, de 12,03% para 16,23% no grupo etário entre 25 e 34 anos. Já entre os trabalhadores do comércio, é notável o aumento de pessoas mais velhas em 2012: o percentual de ocupados no comércio no grupo etário 64 anos e mais foi de 14,28%. Este grupo chegou a 20,72% dos comerciários em 2017.

3.5.2. Características socioeconômicas

Tabela 39 – RMSP Trabalhadores do terciário especializado. Escolaridade 2012-2017

anos	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Fundamental		Médio		Superior		Total
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
2012	1,94%	16,53%	13,86%	7,94%	49,06%	3,66%	6,99%	100,00%
2013	1,40%	19,00%	13,02%	9,86%	47,99%	3,79%	4,94%	100,00%
2014	1,94%	18,15%	13,75%	8,77%	44,73%	5,51%	7,15%	100,00%
2015	1,32%	15,69%	12,32%	8,25%	52,02%	4,57%	5,81%	100,00%
2016	2,42%	14,75%	10,41%	6,83%	50,01%	6,73%	8,85%	100,00%
2017	1,26%	14,92%	10,49%	10,54%	48,25%	5,61%	8,93%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A escolaridade modal é o médio completo. Mas nota-se o aumento da escolaridade superior completo entre 2012 e 2017, de quase 2 pontos percentuais. Este percentual subiu nos dois tipos de trabalhadores entre 2012 e 2017: para os trabalhadores do comércio, 2,62 pontos percentuais (em 2012 era 7,58% e em 2017, 10,2%); entre os trabalhadores do terciário não especializado, 1,05 pontos percentuais (6,35 em 2012 e 7,40 em 2017).

A renda modal para os trabalhadores do terciário especializado situa-se na classe entre 1000 e 2000 reais, preços de 2017. E nota-se também que, a partir de 2014, a proporção de trabalhadores ganhando menos que 1000 reais aumentou. Embora a moda seja a mesma para os dois conjuntos, nota-se que o percentual de comerciários ganhando menos que 1000 reais é de 25,32%, menor que o de trabalhadores de serviços

especializados, com 32,48%. E a proporção de comerciários ganhando mais de 500 reais alcançava 5,06 % do total, enquanto entre os trabalhadores dos serviços especializados foi de apenas 1,29%.

Assim, os comerciários parecem usufruir de melhor situação financeira. Uma hipótese seria a de pagamento por comissão.

Tabela 40 – RMSP trabalhadores do terciário especializado. Renda (em valores de 2017), 2012-2017

anos	Ausente	Até 1.000,00	1.000,01 a 2.000,00	2.000,01 a 3.000,00	3.000,01 a 5.000,00	5.000,01 a 10.000,00	10.000,01 e mais	Total
2012	0,72%	24,63%	49,20%	15,25%	6,59%	2,82%	0,78%	100,00%
2013	2,75%	21,07%	57,28%	8,44%	5,54%	2,99%	0,63%	100,00%
2014	2,52%	19,92%	54,15%	13,49%	7,47%	1,95%	0,50%	100,00%
2015	1,24%	24,10%	56,81%	10,63%	5,66%	1,43%	0,13%	100,00%
2016	1,45%	25,25%	52,19%	13,49%	5,49%	1,97%	0,15%	100,00%
2017	1,70%	28,62%	51,42%	10,67%	4,33%	1,92%	1,34%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

3.5.3. Características de trabalho

Até 2013, o período modal trabalhado pelos trabalhadores do terciário não especializado era de 45 a 48 horas semanais. De 2014 a 2017 este período reduziu-se para de 40 a 44 horas. A redução de período pode ser atestada também pela proporção de trabalhadores com período de 49 horas e mais, em 2016 e 2017 acusando forte redução, de quase 22% em 2012 para 15% em 2016/2017. As duas categorias diminuiriam seu período de trabalho entre 2012 e 2017: os trabalhadores do comércio apresentavam período de 40 a 44 horas em 25,39% dos casos em 2012, passando a 48,84 em 2017, com acréscimo de 23,45 pontos percentuais; acima de 49 horas a proporção era de 23,55 % em 2012, passando a 17,15 em 2017, com perda de 6,40 pontos percentuais. A perda entre os prestadores de serviços especializados seguiu o mesmo modelo, mas não foi tão marcante: entre 2012 e 2017 a proporção de prestadores de serviços especializados aumentou 14,78 pontos percentuais para o período 40 - 44 horas semanais e perdeu 6,42 pontos percentuais entre os ocupados por período longo, de 49 horas semanais e mais.

A crise econômica pós 2014 foi forte e cancelou horas extras no comércio e serviços.

Tabela 41 – RMSP Trabalhadores do terciário especializado. Horas semanais trabalhadas, 2012-2017

ano	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
2012	2,16%	15,36%	34,93%	34,93%	21,84%	100,00%
2013	2,86%	16,42%	27,56%	33,76%	19,40%	100,00%
2014	3,20%	17,78%	29,60%	27,60%	21,81%	100,00%
2015	4,45%	16,62%	33,54%	27,24%	18,14%	100,00%
2016	5,69%	15,65%	44,06%	20,12%	14,47%	100,00%
2017	6,87%	16,96%	44,90%	15,76%	15,50%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Nota-se um sensível decréscimo na proporção de empregados no setor privado com carteira assinada, de 53,44% em 2012 para 46,21% em 2017 e um aumento dos por conta própria, de 26,77% para 32,48%, mostrando certa deterioração das relações de trabalho. As mudanças entre 2012 e 2017 forma equivalentes entre os trabalhadores do comércio e os dos serviços não especializados diminuição de cerca de 6 a 7 pontos percentuais dos empregados do setor privado com carteira assinada e aumento dos trabalhadores por conta própria em cerca de 5,5 pontos percentuais

Tabela 42 – RMSP Trabalhadores do terciário especializado. Posição na ocupação, 2012-2017

Anos	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	total
2012	53,44%	14,12%	0,00%	0,00%	0,62%	0,48%	3,85%	0,00%	26,77%	0,72%	100,00%
2013	55,05%	13,30%	0,00%	0,00%	0,31%	0,32%	2,54%	0,00%	25,73%	2,75%	100,00%
2014	50,55%	13,62%	0,00%	0,00%	0,83%	0,41%	2,43%	0,00%	29,65%	2,52%	100,00%
2015	54,16%	13,31%	0,00%	0,00%	0,82%	0,35%	2,94%	0,00%	27,18%	1,24%	100,00%
2016	49,78%	14,08%	0,00%	0,00%	0,11%	0,04%	3,29%	0,00%	31,52%	1,17%	100,00%
2017	46,21%	16,70%	0,00%	0,00%	0,65%	0,00%	2,26%	0,0%	32,48%	1,70%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A proporção de não contribuintes aumentou para 39%. Em 2014, ano com menor valor, atingira 33%. Tanto entre trabalhadores do comércio como entre os prestadores de serviços especializados percebeu-se esta redução: entre os comerciários, redução de 6,15 pontos percentuais entre 2012 e 2017 (70,20 para 64,05); entre os prestadores de serviços especializados, uma redução ainda mais significativa, de 10,64 pontos percentuais (68,39 para 57,75).

Tabela 43 – RMSP Trabalhadores do terciário especializado. Contribuição social

anos	Contribuinte	Não contribuinte	Total
2012	63,86%	36,14%	100,00%
2013	64,56%	35,44%	100,00%
2014	66,90%	33,10%	100,00%
2015	66,76%	33,24%	100,00%
2016	66,82%	33,18%	100,00%
2017	61,19%	38,81%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

3.6. Trabalhadores do Secundário

3.6.1. Características demográficas

Uma tendência que já estava se delineando é a de desproletarização, sobretudo entre trabalhadores do setor industrial manufatureiro (indústrias moderna e tradicional). A Tabela 1 já mostra uma redução percentual contínua no peso dos trabalhadores do secundário desde 1995 (25,71% do total de ocupados), passando por 1999 (24,23%), 2004 (20,83%), 2009 (20,70%), 2014 (19,95%) e 2017 (19,03%). Esta redução é considerável quando se consideram os trabalhadores da indústria moderna (9,71% do

total de ocupados em 1995 e 4,52% em 2017, com redução de 5,19 pontos percentuais), dos operários da indústria tradicional (7,84% em 1995 e 3,31% em 2017, com redução de 4,53 pontos percentuais). Já em relação aos operários dos serviços auxiliares houve aumento relativo (2,65% em 1995 e 5,04% em 2017, aumento de 2,39 pontos percentuais), assim como em relação aos operários da construção civil (5,51% em 1995 e 6,15% em 2017, aumento de 0,64 ponto percentual). Isso se reflete inclusive nos números absolutos, com perda de mais de 147 mil ocupados na indústria moderna no período de 1995-2017, 166.137 na indústria tradicional e ganho de 215.620 entre operários dos serviços auxiliares e de 220.040 na construção civil.

Tabela 44 – RMPS Trabalhadores do secundário, 2012-2017

categorias socioocupacionais	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores da Indústria Moderna	609.917	634.265	525.155	566.287	416.011	475.461
Trabalhadores da Indústria Tradicional	411.660	394.010	393.531	291.800	273.139	348.720
Operários dos Serviços Auxiliares	516.598	479.514	457.469	601.243	509.509	530.695
Operários da Construção Civil	693.695	604.432	652.878	635.353	594.924	647.404
trabalhadores do secundário	2.231.870	2.112.221	2.029.033	2.094.683	1.793.583	2.002.280

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

No período específico de 2012 a 2017, a proporção de operários da indústria moderna passou de 27,33% do total de trabalhadores do secundário em 2012 para 23,43% em 2017; no mesmo período, a mudança entre operários da indústria tradicional foi de 18,44% para 17,19%. Já entre os operários dos serviços auxiliares houve um aumento de 23,15% do total dos secundários em 2012 para 26,16% em 2017.

As taxas de crescimento dos trabalhadores do secundário foram negativas entre 2012 e 2017, no valor de -2,15% anuais. A taxa para os operários da indústria moderna foi de -4,86% anuais, para os operários da indústria tradicional, de -3,26% ao ano. Mesmo a taxa para os operários da construção civil, embora seu peso percentual tenha aumentado, foi negativa de -1,37%, já que a perda em números absolutos foi de 46.404 ocupados. A única taxa positiva no intervalo de tempo analisado foi para os operários dos serviços auxiliares, de 0,54.

O modelo de crescimento industrial altamente concentrador adotado entre 1930 e 1980 favoreceu as metrôpoles do Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Após esta data o Estado brasileiro apoiou uma estratégia de desconcentração, favorecendo investimentos em metrôpoles secundárias e periféricas, conforme atestam o estabelecimento da Ford em Salvador, da FIAT no Recife, a implantação do polo têxtil e do porto de Pecém em Fortaleza, do terminal de Suape no litoral sul do estado de Pernambuco. No caso específico de São Paulo, a desconcentração industrial se deu também da região metropolitana em direção ao interior do estado. Esta desconcentração, iniciada já nos anos 70, fez com que polos urbanos como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e outros, sobretudo na chamada macrometropole, tivessem participação mais significativa nas indústrias de transformação, diminuindo o peso da região metropolitana de São Paulo, que se transforma paulatinamente numa metrópole mais ligada aos serviços.

Tabela 45 – RMSP Trabalhadores do secundário. Sexo

ano	Masculino	Feminino	Total
2012	83,43%	16,57%	100,00%
2013	84,28%	15,72%	100,00%
2014	83,56%	16,44%	100,00%
2015	86,67%	13,33%	100,00%
2016	85,51%	14,49%	100,00%
2017	85,16%	14,84%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os trabalhadores do secundário são predominantemente do sexo masculino. A maioria masculina é forte tanto entre operários da indústria moderna (com apenas 9,03% de mulheres em 2012 e 7,70% em 2017) e entre os operários da construção civil (com 1,12% de mulheres em 2012 e 3,20 % em 2017). Nota-se o ligeiro aumento da participação feminina na construção civil. Entre os trabalhadores dos serviços auxiliares as mulheres aparecem numa proporção maior, com 12,51% do total dos ocupados desta categoria em 2012 e 9,5% em 2017. A presença feminina é forte entre os operários dos serviços tradicionais (55,315 em 2012 e 54,3% em 2017).

Tabela 46 – RMSP Trabalhadores do secundário Cor, 2012-2017

anos	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2012	49,81%	8,75%	1,04%	40,29%	0,10%	100,00%
2013	49,25%	8,90%	1,13%	40,44%	0,29%	100,00%
2014	48,21%	8,13%	1,28%	41,97%	0,42%	100,00%
2015	45,92%	11,08%	0,62%	42,12%	0,25%	100,00%
2016	46,83%	10,18%	0,61%	41,85%	0,54%	100,00%
2017	47,03%	10,73%	0,68%	41,19%	0,37%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os trabalhadores do secundário distribuem-se entre brancos e pardos, e sua proporção vem sendo semelhante desde 2012 até o fim do período. Mas nota-se a maior proporção de pretos entre os operários da construção civil (11,78% de pretos e 46,12% de pardos em 2017) e nos operários da indústria tradicional (9,24% de pretos e 42,82% de pardos).

O grupo etário modal entre os trabalhadores do secundário tem sido o entre 35 e 49 anos de idade, tal como entre os trabalhadores do terciário especializado. Por categoria dentro dos trabalhadores secundários, surpreende o fato dos operários dos serviços auxiliares e da construção civil apresentarem o maior percentual no grupo de 64 anos e mais: quase 27%, enquanto entre os operários das indústrias moderna e tradicional esta proporção foi de 21% e 23% em 2017.

Tabela 47 – RMSP Trabalhadores do secundário. Idade, 2012-2017

data	14 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 49	50 a 64	64 e mais	Total
2012	2,55%	12,60%	22,37%	36,56%	22,41%	3,51%	100,00%
2013	1,89%	11,61%	23,80%	36,69%	22,95%	3,06%	100,00%
2014	2,15%	12,25%	22,82%	36,70%	23,10%	2,98%	100,00%
2015	1,19%	11,68%	21,30%	39,05%	23,42%	3,36%	100,00%
2016	1,03%	9,25%	22,19%	37,70%	26,36%	3,47%	100,00%
2017	1,01%	10,54%	23,82%	36,80%	24,75%	3,08%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

3.6.2. Características socioeconômicas

Tabela 48 – RMSP Trabalhadores do secundário. Escolaridade, 2012-2017

anos	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Fundamental		Médio		Superior		Total
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
2012	5,10%	27,58%	14,37%	7,71%	38,88%	2,83%	3,53%	100,00%
2013	3,73%	27,47%	16,40%	7,42%	38,98%	2,77%	3,22%	100,00%
2014	3,73%	27,47%	16,40%	7,42%	38,98%	2,77%	3,22%	100,00%
2015	3,17%	28,89%	14,15%	8,14%	40,28%	2,81%	2,55%	100,00%
2016	3,85%	25,84%	14,35%	6,75%	41,27%	3,29%	4,65%	100,00%
2017	3,17%	24,56%	13,23%	9,21%	41,42%	3,01%	5,41%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A escolaridade modal entre os trabalhadores do secundário é a de curso médio completo. A proporção de trabalhadores com superior completo tem aumentado ligeiramente, de 3,53% em 2012 para 5,41% em 2017. De outro lado, o percentual de trabalhadores sem instrução vem diminuindo.

Entre as categorias, os operários da construção civil são os que apresentam menor escolaridade: Na construção civil em 2012, 8,90% não possuíam nenhuma instrução ou menos de 1 ano, em 2017, eram 7,75%. Apenas 27% dos operários da construção civil têm ensino médio completo, enquanto nas outras categorias a proporção é maior que 40%; 35,82% dos trabalhadores da construção civil têm fundamental incompleto. De outro lado, entre os operários da indústria moderna, quase 5% apresentam curso superior completo em 2017.

Tabela 49 – RMSP Trabalhadores do secundário. Renda (preços de 2017) 2012-2017

anos	Ausente	Até 1.000,00	1.000,01 a 2.000,00	2.000,01 a 3.000,00	3.000,01 a 5.000,00	5.000,01 a 10.000,00	10.000,01 e mais	Total
2012	0,57%	18,77%	48,50%	21,89%	6,74%	2,83%	0,71%	100,00%
2013	0,47%	15,25%	54,23%	18,17%	8,44%	2,91%	0,52%	100,00%
2014	0,19%	16,66%	52,03%	16,69%	9,72%	3,58%	1,13%	100,00%
2015	0,29%	14,55%	52,96%	20,06%	9,72%	2,20%	0,21%	100,00%
2016	0,37%	17,92%	49,80%	20,74%	8,54%	2,60%	0,03%	100,00%
2017	0,77%	21,85%	47,66%	18,03%	10,16%	1,05%	0,47%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A renda modal em todos os anos foi de 1000 a 2000 reais mensais, tal como entre os trabalhadores do terciário especializado. Os operários da construção civil e os

da indústria tradicional apresentam maior proporção dos que ganham menos, até 1000 reais mensais: 34,99% dos operários da indústria tradicional e 28,40% dos operários da construção civil em 2017.

Em relação aos operários da indústria tradicional, em 2012 a proporção dos que ganhavam até 1000 reais era maior, de 37,20%. Na construção civil houve um aumento dos que ganhavam pouco, já que em 2012 eram 21,12% e em 2017 foram 28,40%. De outro lado, são os operários dos serviços auxiliares os melhores remunerados: 28,42% recebem entre 2000 e 3000 reais, sendo que 15,10% recebem salários superiores a 3000 reais. O aumento de escolaridade entre os operários da indústria moderna não se traduziu em aumento de renda.

3.6.3. Características de trabalho

O período modal de trabalho dos trabalhadores do secundário tem sido o de 40 a 44 horas. Em 2012, a jornada era bimodal, com $\frac{1}{4}$ dos trabalhadores trabalhando entre 40 e 44 horas e $\frac{1}{4}$ entre 45 a 48 horas. Em 2012, a crise econômica maior ainda não se instalara, e era habitual fazer horas extras. Percebe-se o percentual de trabalhadores com período de 40 a 44 horas aumenta continuamente a partir de 2012. Em 2016 e 2017 aumenta sensivelmente a proporção de trabalhadores com 15 a 39 horas.

Tabela 50 – RMSP Trabalhadores do secundário. Horas semanais trabalhadas, 2012-2017

ano	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
2012	1,68%	12,09%	25,44%	25,44%	18,32%	100,00%
2013	1,99%	9,57%	45,00%	25,40%	18,05%	100,00%
2014	1,21%	9,63%	46,20%	27,39%	15,57%	100,00%
2015	1,44%	9,16%	52,17%	23,10%	14,13%	100,00%
2016	2,36%	11,54%	57,28%	16,96%	11,86%	100,00%
2017	2,37%	12,29%	59,14%	11,62%	14,59%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os operários dos serviços auxiliares eram a categoria que apresentava a maior proporção em jornadas longas, de mais de 49 horas: 24,76% em 2012 e 24,24% em 2017.

Em relação ao vínculo empregatício, percebe-se que a proporção de empregados no setor privado com carteira assinada declina a partir de 2013, enquanto a proporção dos trabalhadores por conta própria aumenta significativamente, de 34% em 2013 para quase 40% em 2017. A posição na ocupação varia bastante com o tipo de trabalhador: os operários da indústria moderna eram empregados do setor privado com carteira assinada em 74,26% dos casos em 2012, continuando em 2017 com 69,04. Os dos serviços auxiliares apresentavam 55,71% dos seus ocupados como empregados do setor privado com carteira assinada, percentual que desceu para 51,82% em 2017.

Tabela 51 – RMSP Trabalhadores do secundário. Posição na ocupação, 2012-2017

Anos	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhad or familiar auxiliar	total
2012	50,35%	13,50%	0,00%	0,00%	0,42%	0,00%	0,71%	0,00%	34,71%	0,31%	100,00%
2013	53,78%	10,84%	0,00%	0,00%	0,16%	0,17%	0,59%	0,00%	33,99%	0,47%	100,00%
2014	52,19%	12,48%	0,00%	0,00%	0,65%	0,00%	0,45%	0,00%	34,04%	0,19%	100,00%
2015	51,08%	12,29%	0,00%	0,00%	0,20%	0,05%	0,67%	0,00%	35,42%	0,29%	100,00%
2016	49,33%	11,45%	0,00%	0,00%	0,00%	0,29%	0,77%	0,00%	37,87%	0,29%	100,00%
2017	44,91%	13,80%	0,00%	0,00%	0,27%	0,00%	0,69%	0,00%	39,56%	0,77%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os com piores indicadores de relações de trabalho destacam-se os empregados na indústria tradicional: 44,99% eram empregados do setor privado com carteira assinada em 2012, continuando com 44,27% em 2017, e da construção civil, com apenas 28,53% empregados do setor privado com carteira assinada em 2012 e 21,86% em 2017.

De outro lado, os trabalhadores por conta própria entre os da indústria moderna alcançaram 14,62% do total em 2012, subindo para 17,16% em 2017. Entre os tradicionais, a proporção praticamente se manteve entre 2012 e 2017 (38,04% e 39,1%, respectivamente). Já entre os trabalhadores dos serviços auxiliares, a proporção dos por conta própria aumentou de 23,36% em 2012 para 32,90% em 2017.

Mas sem dúvida a situação mais precária acontece entre os operários da construção civil, onde 58,84% trabalhavam por conta própria em 2012 e 61,27% em 2017.

Tabela 52 – RMSP Trabalhadores do secundário. Contribuição social, 2012-2017

anos	Contribuinte	Não contribuinte	Total
2012	63,86%	36,14%	100,00%
2013	64,56%	35,44%	100,00%
2014	66,90%	33,10%	100,00%
2015	66,76%	33,24%	100,00%
2016	66,82%	33,18%	100,00%
2017	61,19%	38,81%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A proporção de não contribuintes à previdência social aumentou entre 2012 e 2017 (em 2,67 pontos percentuais), após anos de redução contínua. Os operários da indústria moderna são os que apresentam maior proporção de contribuintes: 80,73% em 2012 e 76,74% em 2017. Em seguida vêm os trabalhadores dos serviços especiais, com 70,20% em 2012 e 65,49% em 2017. Os operários da indústria tradicional aumentaram ligeiramente a proporção de contribuintes, de 51,95% para 53,86%, entre 2012 e 2017. Os com menor porcentagem de contribuintes são os operários da construção civil, com 40,52% em 2012 e 35,76% em 2017. Houve, a não ser nos operários da indústria tradicional, uma perda na contribuição previdenciária em todas as outras categorias.

3.7. Trabalhadores do Terciário Não Especializado

3.7.1. Características demográficas

A taxa de crescimento dos trabalhadores do terciário não especializado entre 2012 e 2017 foi positiva, de 1,84% ao ano. Esta taxa representa 1,5 vezes a taxa do total dos ocupados no período. Os trabalhadores do terciário não especializado eram 17% do total dos ocupados em 2001, 16% em 2009, passando a 13,75% em 2012 e a 14,19% em 2017. Percebe-se assim certa volta a uma maior participação destes trabalhadores no total dos ocupados.

Este crescimento não foi uniforme entre as categorias que integram os trabalhadores do terciário não especializado. Os trabalhadores dos serviços não especializados aumentaram na razão de 0,49% ao ano, os domésticos em 1,79% ao ano, enquanto ambulantes e biscateiros aumentaram a uma taxa de 6,94% anuais. O aumento do desemprego deve ser o responsável por este aumento. Em 2012 este segmento populacional era de 147 mil pessoas, que passaram a 205 mil em 2017, um aumento de 58 mil ocupados. O total de ambulantes e biscateiros igualou ao de 1995(206 mil).

Tabela 53 – RMSP trabalhadores do terciário não especializado. Sexo, 2012-2017

ano	Masculino	Feminino	Total
2012	34,84%	65,16%	100,00%
2013	31,16%	68,84%	100,00%
2014	30,68%	69,32%	100,00%
2015	30,68%	69,32%	100,00%
2016	30,95%	69,05%	100,00%
2017	32,40%	67,60%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

As mulheres são mais de 66% entre os trabalhadores do terciário não especializado. A razão de sexo não é uniforme entre as 3 categorias que integram os trabalhadores do terciário não especializado. Assim, entre os trabalhadores domésticos 93,20% eram mulheres em 2012 e 95,14% em 2017; entre os trabalhadores dos serviços não especializados, 44,62% em 2012 e 48,32% em 2017. Finalmente, entre ambulantes e biscateiros, apenas 32,94% eram mulheres em 2012, aumentando esta proporção para 40,27% em 2017. Há uma entrada de mulheres neste tipo de ocupação.

Tabela 54 – RMSP Trabalhadores do terciário não especializado. Cor, 2012-2017

anos	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2012	41,17%	11,78%	0,63%	46,12%	0,31%	100,00%
2013	42,50%	9,35%	0,09%	47,93%	0,13%	100,00%
2014	44,36%	11,24%	0,82%	43,59%	0,00%	100,00%
2015	42,19%	12,59%	0,51%	44,63%	0,08%	100,00%
2016	43,99%	10,43%	0,64%	44,82%	0,12%	100,00%
2017	39,18%	13,21%	0,78%	46,60%	0,23%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

O percentual de brancos entre os trabalhadores do terciário não especializado é inferior a 50% em todos os anos, atingindo seu menor valor em 2017 (39,18%). As proporções de pretos+pardos entre as três categorias diferem pouco: para os trabalhadores dos serviços não especializados, o percentual atingia 60,05% em 2012 e 60,92% em 2017. Já entre os trabalhadores domésticos, em 2012 era 57,76% e em 2017, 62,56%. Entre ambulantes e biscateiros, a proporção de 49,56% de 2012 subiu para 56,30% em 2017.

Tabela 55 – RMSP Trabalhadores do terciário não especializado. Idade, 2012-2017

data	14 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 49	50 a 64	64 e mais	Total
2012	2,31%	10,24%	19,85%	39,72%	24,71%	3,16%	100,00%
2013	1,67%	6,35%	19,53%	42,76%	26,56%	3,14%	100,00%
2014	1,61%	8,31%	17,54%	41,44%	29,07%	2,02%	100,00%
2015	2,86%	8,24%	16,72%	39,90%	28,77%	3,52%	100,00%
2016	1,15%	7,76%	17,66%	38,01%	32,01%	3,40%	100,00%
2017	1,62%	7,13%	16,10%	41,39%	30,10%	3,66%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O grupo etário modal entre os trabalhadores do terciário não especializado é o de 35 a 49 anos. Mas a proporção dos que têm entre 50 a 64 anos é bastante alta. Sua distribuição etária é semelhante à dos trabalhadores do secundário.

Chama a atenção o percentual de 7% maiores que 64 anos entre ambulantes e biscateiros em 2017. Em 2012 não havia nenhum neste grupo etário. Entre 14 e 17 anos, a proporção de biscateiros e ambulantes foi de 13,14% em 2012 e de 4,70% em 2017. Entre 18 e 24 anos esta proporção foi de 19,07% em 2012 e 14,81% em 2017. Assim a metrópole apresentava cerca de 32% de ambulantes e biscateiros abaixo de 24 anos em 2012 e 19% em 2017.

Os prestadores de serviços domésticos tinham preferencialmente entre 35 e 49 anos, embora a proporção de pessoas entre 50 e 64 anos fosse de 30% em 2012 e 36% em 2017.

3.7.2. Características socioeconômicas

A instrução modal entre os trabalhadores do terciário não especializado é o curso fundamental incompleto. Este percentual se manteve estável no período 2012-2017. Mas a proporção de ocupados sem instrução diminuiu 1,7 pontos percentuais entre 2012 e 2017, assim como se percebeu um aumento na percentagem de ocupados com curso médio, tanto completo como incompleto. A proporção de trabalhadores com ensino fundamental completo diminuiu, provavelmente como consequência do processo de ampliação do percentual de trabalhadores com ensino médio.

Tabela 56 – RMSP Trabalhadores do terciário não especializado. Escolaridade, 2012-2017

anos	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Fundamental		Médio		Superior		Total
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
2012	6,39%	36,54%	20,34%	7,34%	27,06%	0,76%	1,58%	100,00%
2013	6,70%	39,24%	18,63%	5,71%	27,45%	0,63%	1,63%	100,00%
2014	5,45%	39,69%	17,82%	6,77%	27,13%	1,35%	1,78%	100,00%
2015	4,56%	38,59%	19,54%	7,33%	27,64%	0,99%	1,35%	100,00%
2016	6,77%	34,56%	14,74%	8,66%	32,24%	1,82%	1,20%	100,00%
2017	4,68%	36,88%	13,39%	8,83%	31,43%	2,10%	2,70%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A escolaridade das três categorias é distinta, com os trabalhadores domésticos com escolaridade inferior: a proporção de domésticos com nível médio, incompleto ou completo, foi de 26,40% em 2012 e 36,02% em 2017, enquanto os prestadores de serviços especializados e os ambulantes e biscateiros mostrava uma proporção de mais de 40% com este tipo de escolaridade já em 2012 (em 2017, 44,27% foi a proporção dos prestadores de serviços não especializados com esta escolaridade e 41,90% a proporção de ambulantes e biscateiros na mesma situação). Nota-se, também, que a escolaridade dos trabalhadores domésticos subiu entre 2012 e 2017.

De outro lado, a proporção de ambulantes e biscateiros em 2012 sem instrução foi de 2,62% e alcançou 10,96% em 2017. Supõe-se uma entrada nesta categoria de pessoas com menor instrução ou com nenhuma instrução formal.

Tabela 57 – RMSP Trabalhadores do terciário não especializado. Renda (preços de 2017), 2012-2017

anos	Ausente	Até 1.000,00	1.000,01 a 2.000,00	2.000,01 a 3.000,00	3.000,01 a 5.000,00	5.000,01 a 10.000,00	10.000,01 e mais	Total
2012	0,00%	43,10%	49,30%	5,16%	1,75%	0,69%	0,00%	100,00%
2013	0,14%	39,78%	51,62%	3,81%	1,64%	1,31%	0,00%	100,00%
2014	0,73%	35,51%	55,48%	5,29%	2,19%	0,41%	0,40%	100,00%
2015	0,32%	32,55%	60,29%	5,96%	0,71%	0,00%	0,17%	100,00%
2016	0,37%	36,29%	54,19%	6,80%	1,82%	0,53%	0,00%	100,00%
2017	0,45%	44,85%	47,66%	5,14%	1,66%	0,14%	0,11%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A classe de renda modal para os trabalhadores do terciário não especializado é a de rendimentos mensais entre 1000 e 2000 reais. Nota-se que a proporção dos ocupados com rendimentos mensais de até 1000 reais aumentou em 2017. Os ambulantes e biscateiros são os que mostram maior proporção de renda de até 1000 reais: 58,53% em 2012, subindo para 69,39% em 2017. Não só são o segmento de menor renda, como sua proporção aumentou nos últimos 5 anos em mais de 10 pontos percentuais. O percentual de trabalhadores domésticos ganhando até 1000 reais também aumentou entre 2012 e 2017, de 46,11% para 53,28% (7,17 pontos percentuais). Só os trabalhadores dos serviços não especializados mostraram uma redução de quase 9 pontos percentuais no percentual de ocupados ganhando até 1000 reais.

Isto se reflete também na classe de renda seguinte: entre os prestadores de serviços não especializados houve um aumento de 7,5 pontos percentuais no conjunto dos trabalhadores ganhando entre 1000 e 2000 reais (56,28% e 63,78%,

respectivamente), enquanto entre os domésticos e ambulantes e biscateiros esta classe de renda acusou perda (-7 pontos percentuais entre os domésticos e -5,56 entre os ambulantes e biscateiros).

Assim houve um empobrecimento relativo entre domésticos e ambulantes e biscateiros, o que não se deu entre os prestadores de serviços não especializados. O aumento de escolaridade entre os trabalhadores domésticos não se traduziu em aumento de renda.

3.7.3. Características de trabalho

O período modal trabalhado semanalmente pelos trabalhadores do terciário não especializado tem sido o de 40 a 44 horas semanas. A proporção de trabalhadores em exercício neste período aumentou em 2016 e 2017. Nota-se que até 2015, mais de 10% dos ocupados trabalhavam período de 45 a 49 horas por semana, porcentagem que caiu para 13% e 12% em 2016 e 2017. Períodos mais longos de trabalho eram mais frequentes até 2014, quando mais de 10% dos trabalhadores do terciário não especializado trabalhavam mais de 49 horas. Esta proporção caiu bastante em 2016 e 2017.

Tabela 58 – RMSP Trabalhadores do terciário não especializado. Hora semanais trabalhadas, 2012-2017

ano	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
2012	3,62%	22,49%	26,48%	26,48%	11,31%	100,00%
2013	5,46%	21,65%	37,54%	24,07%	11,29%	100,00%
2014	5,25%	21,13%	39,61%	23,72%	10,29%	100,00%
2015	4,56%	21,98%	44,58%	20,26%	8,61%	100,00%
2016	6,39%	23,11%	51,92%	13,30%	5,28%	100,00%
2017	8,17%	21,76%	51,52%	11,73%	6,82%	100,00%

Fonte: PNAD contínua, 2012-2017.

As três categorias se distribuem de forma diferente em relação às horas trabalhadas semanais: ambulantes e biscateiros apresentam maior proporção de horas semanais trabalhadas, já que se trata de ocupação autônoma, sem regulamentação; Assim 20,03% deles trabalhavam mais de 49 horas em 2012, percentual que desce para 16,41% em 2017. Os prestadores de serviços não especializados mostravam maior percentual no período de 40 a 44 horas semanal: 65%. Entre os trabalhadores domésticos, em 2012 ainda se observava grande proporção de domésticos trabalhando entre 45 a 49 horas semanais (39%), proporção esta que desce para 6,18% em 2017, fruo provável do maior controle de horas neste segmento e da necessidade de pagamento de horas extras.

Tabela 59 – RMSP Trabalhadores do terciário não especializado. Posição na ocupação, 2012- 2017

Anos	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhad or familiar auxiliar	total
2012	37,79%	9,32%	19,07%	25,81%	0,84%	0,13%	1,45%	0,00%	5,60%	0,00%	100,00%
2013	39,31%	6,68%	16,11%	27,24%	0,93%	0,00%	1,73%	0,00%	7,85%	0,14%	100,00%
2014	38,05%	5,55%	17,90%	28,05%	0,87%	0,04%	2,15%	0,00%	6,66%	0,73%	100,00%
2015	37,95%	6,10%	18,60%	27,92%	0,61%	0,44%	1,80%	0,00%	6,26%	0,32%	100,00%
2016	37,81%	6,18%	18,65%	28,21%	0,79%	0,00%	0,69%	0,00%	7,38%	0,30%	100,00%
2017	35,93%	7,41%	14,72%	29,90%	0,63%	0,35%	0,84%	0,00%	9,80%	0,43%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Para o total de trabalhadores do terciário não especializado, nota-se que a proporção de empregados do setor privado com carteira assinada sobe entre 2012 e 2014, tornando a cair ligeiramente em 2015 e 2016 e caindo mais em 2017. A proporção de trabalhadores domésticos sem carteira assinada também, após certa estabilidade entre 2012 e 2016, aumenta em 2017. Os trabalhadores por conta própria aumentam também sua participação em 2017. Estes três dados mostram a deterioração do trabalho em 2017, fruto provável da crise econômica instalada a partir de 2015.

A situação dos empregados domésticos mostra claramente esta tendência: em 2012 na região metropolitana de São Paulo computavam-se 611.725 trabalhadores domésticos, número que subiu para 668.250 em 2017, com crescimento de 1,78 % ao ano no período, maior que o crescimento da população ocupada total, que foi de 1,20% anuais.

Assim nota-se que o trabalho doméstico foi utilizado como estratégia de sobrevivência em época de desemprego e crise. Mas sua situação se deteriorou, apesar da legislação de proteção. Em 2012, 57,52% dos trabalhadores domésticos trabalhavam sem carteira assinada, proporção que subiu para 66,80% em 2017.

O total de ambulantes e biscateiros na metrópole era de 146.668 em 2012, subindo para 205.178 em 2017, com taxa de crescimento de 6,94%. Embora a posição na ocupação sempre se apresente como precária, em 2012, 48,9% eram empregados sem carteira assinada e 50,68% eram por conta própria. Em 2017, 63% se apresentaram como por conta própria. Talvez a situação de empregado, mesmo sem carteira assinada, proporcionasse ao menos uma rede de proteção, coisa que o “por conta própria” testemunhe um trabalhador solitário tentando sobreviver.

Tabela 60 – RMSP Trabalhadores do terciário não especializado. Proteção social, 2012-2017

anos	Contribuinte	Não contribuinte	Total
2012	63,86%	36,14%	100,00%
2013	64,56%	35,44%	100,00%
2014	66,90%	33,10%	100,00%
2015	66,76%	33,24%	100,00%
2016	66,82%	33,18%	100,00%
2017	61,19%	38,81%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Percebe-se a redução da contribuição previdenciária em 2017, quando quase 40% dos trabalhadores do terciário não especializado não apresentavam proteção social.

As proporções variam para cada categoria: assim os prestadores de serviços não especializados apresentam alto nível de proteção, com 92,09% de contribuintes em 2012 e 92,65% em 2017. Os trabalhadores domésticos perderam proporção de contribuintes, de 50,84% em 2012 para 45,65% em 2017. Os com posição mais precária são ambulantes e biscateiros: 1,83% de contribuintes em 2012 e 10,29% em 2017. Mesmo com situação precária, há um real aumento na proporção de contribuintes.

4. SÍNTESE DOS RESULTADOS 2012-2017

Quadro 1 – Síntese dos resultados

categorias socioocupacionais	números absolutos		percentual		taxa cres.
	2.012	2.017	2012	2017	%
grandes empregadores	80545	109915	0,81%	1,04%	6,42%
dirigentes publicos	37958	21931	0,38%	0,21%	-10,39%
dirigentes privados	333604	558794	3,36%	5,31%	10,87%
dirigentes	452107	690640	4,56%	6,56%	8,84%
Profissionais Autônomos de Nível Superior	174.813	291.631	1,76%	2,77%	10,78%
Profissionais Empregados de Nível Superior	568.173	684.283	5,73%	6,50%	3,79%
Profissionais Estatutários de Nível Superior	126.314	152.969	1,27%	1,45%	3,90%
Professores de Nível Superior	301.074	250.371	3,04%	2,38%	-3,62%
profissionais de nível superior	1.170.374	1.379.254	11,81%	13,11%	3,34%
Pequenos Empregadores	336.952	468.381	3,40%	4,45%	6,81%
Ocupações Artísticas e Similares	110.426	105.916	1,11%	1,01%	-0,83%
Ocupações de Escritório	1.195.922	1.125.638	12,06%	10,70%	-1,20%
Ocupações de Supervisão	319.105	215.752	3,22%	2,05%	-7,53%
Ocupações Técnicas	585.865	533.728	5,91%	5,07%	-1,85%
Ocupações Médias da Saúde e Educação	321.430	367.068	3,24%	3,49%	2,69%
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	67.064	124.694	0,68%	1,18%	13,21%
Ocupações médias	2.599.812	2.472.796	26,22%	23,50%	-1,00%
Trabalhadores do Comércio	904.751	1.066.904	9,13%	10,14%	3,35%
Prestadores de Serviços Especializados	826.397	913.187	8,34%	8,68%	2,02%
trabalhadores do terciário especializado	1.731.148	1.980.091	17,46%	18,82%	2,72%
Trabalhadores da Indústria Moderna	609.917	475.461	6,15%	4,52%	-4,86%
Trabalhadores da Indústria Tradicional	411.660	348.720	4,15%	3,31%	-3,26%
Operários dos Serviços Auxiliares	516.598	530.695	5,21%	5,04%	0,54%
Operários da Construção Civil	693.695	647.404	7,00%	6,15%	-1,37%
trabalhadores do secundário	2.231.870	2.002.280	22,51%	19,03%	-2,15%
Prestadores de Serviços Não Especializados	604.640	619.533	6,10%	5,89%	0,49%
Trabalhadores Domésticos	611.724	668.251	6,17%	6,35%	1,78%
Ambulantes e Biscateiros	146.668	205.179	1,48%	1,95%	6,94%
trabalhadores do terciário não especializado	1.363.032	1.492.963	13,75%	14,19%	1,84%
Agricultores	28.816	36.325	0,29%	0,35%	4,74%
Total	9.914.110	10.523.731	100,00%	100,00%	1,20%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O aumento do grande grupo dos dirigentes foi um fato a destacar, ainda mais que, após um aumento entre 1980 e 1991, tiveram forte perda relativa entre 1991 e 2000 e entre 2000 e 2010. E dentro do grande grupo de dirigentes, o segmento com maior taxa foi o dos dirigentes do setor privado, com crescimento relativo de 3,36% em 2012 para 5,31% do total dos ocupados e taxa quinquenal de 10,87% anuais. Os grandes

empregadores também aumentaram sua participação relativa, com taxa de 6,42% ao ano. O perfil demográfico dos dirigentes em 2017 é predominantemente masculino, branco, com curso superior completo e renda modal de 10 mil e mais reais mensais. Embora mais da metade destes dirigentes trabalhem entre 40 e 44 horas, há um forte percentual com jornada mais longa: 24,35% com 49 horas e mais. E são sobretudo os grandes empregadores os que apresentam esta jornada mais longa: não menos que 50% deles usou este período de trabalho em todos os anos do quinquênio. A enorme maioria é contribuinte previdenciário: quase 95%.

Entre os profissionais de nível superior, a grande categoria continua a crescer e ganhar participação relativa. Em 2012 representava 11,81% dos ocupados, e em 2017 esta proporção passou para 13,11, com taxa de 3,34% ao ano. Este grupo apresenta crescimento contínuo desde 1980, quando representava 4,65% dos ocupados, passando a 6,47% em 1991, 7,82% em 2000 e 12,64% em 2010.

O dado de 2010 é censitário, sua comparação com o dado da PNAD continua não é perfeita. Nota-se que, embora a proporção relativa seja maior que a dos dirigentes, seu crescimento foi relativamente menor. Mesmo em números absolutos o crescimento dos dirigentes foi de 138 mil ocupados, embora menor que o dos profissionais de nível superior, de 209 mil, é relativamente maior, já que representa um total de 29%, enquanto o acréscimo dos profissionais de nível superior nos 5 anos estudados foi de 18 %.

Entre estes profissionais, o maior crescimento foi entre os autônomos, enquanto os professores apresentaram taxa negativa. O percentual masculino neste segmento é menor que entre os dirigentes, sendo que a maioria é do sexo feminino, sobretudo entre os empregados do setor público e os professores. Entre os autônomos, a maioria é masculina. Entre estes também vai existir a maior proporção de brancos. O único segmento onde aparece uma porcentagem significativa de pretos e pardos é entre os professores de nível superior. A idade modal assemelha-se à dos dirigentes, 35 a 49 anos, e é grupo etário modal do total dos ocupados. Como seria de se esperar, a proporção de ocupados com curso superior completo é alta, de mais de 96%. A renda modal é inferior à dos dirigentes, 25% ganhando de 5 a 10 mil reais e 23% de 3 a 5 mil reais.

Dentro do grupo, os estatutários têm renda superior à média dos profissionais de nível superior como um todo, e os professores, renda inferior à média. Este segmento ocupacional trabalha menos que os dirigentes, com 22% trabalhando entre 15 a 39 horas, sobretudo os professores. Embora a proporção de empregados com carteira assinada seja alta, de 49%, a proporção por conta própria é de 22%. E praticamente 90% tem contribuição previdenciária.

Os pequenos empregadores também mudam o perfil de crescimento, aumentando sua participação para 4,45% do total de ocupados em 2017. Entre 2000 e 2010 seu peso diminuiu.

São predominantemente homens, com razão de masculinidade ainda maior que entre os dirigentes. A maioria é branca, mas a proporção de brancos é menor que entre os dirigentes e os profissionais de nível superior. A faixa etária modal continua a mesma de todos os ocupados, entre 35 e 49 anos, mas a proporção de ocupados com 50 a 64

anos é elevada, colocando a hipótese da abertura de pequeno negócio com alternativa ao desemprego vigente sobretudo entre trabalhadores com mais idade. Quase a metade tem superior completo, mas a renda modal é ligeiramente inferior à dos profissionais de nível superior. O período trabalhado semanal é o maior entre todas as categorias: 40% trabalham mais de 49 horas semanais. São todos empregadores e 68% contribuem para a previdência.

As ocupações médias apresentaram perda no período, embora, em termos proporcionais, são a grande categoria com maior peso relativo: 23,5% do total dos ocupados. Dentro desta categoria, apenas as ocupações médias de saúde e educação e as de justiça, segurança e correios tiveram crescimento positivo. As ocupações médias são predominantemente femininas (55,15%) e a maioria é branca (quase 60%), embora a proporção de brancos seja menor que a dos dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores. Aproxima-se da proporção de brancos do total dos ocupados. A classe de idade modal continua sendo a de 35 a 49 anos, mas nota-se que quase 17% dos seus ocupados têm entre 50 e 64 anos. O nível de escolaridade modal é o ensino médio completo, e a renda é bem menor que nas categorias anteriores: 42% ganham entre 1 mil e 2 mil reais e 19% entre 2 mil e 3 mil reais. Em relação ao trabalho, 61% são empregados do setor privado com carteira assinada, mas 12,36% trabalham por conta própria e 12,31% são empregados do setor privado sem carteira assinada em 2017. O período de trabalho é menor que entre as categorias superiores e entre os pequenos empregadores e a proporção de ocupados com contribuição social é de 85%.

Os trabalhadores do terciário especializado são quase 19% do total dos ocupados, e os do comércio cresceram mais que os prestadores de serviços especializados. Também apresentam maioria feminina, sobretudo no comércio. São também predominantemente brancos, embora em 2017 os trabalhadores dos serviços especializados já apresentaram uma maioria de não brancos. Percebe-se também que proporção grande de ocupados nesta categoria – quase 20% - é de pessoas com faixa etária mais velha, de 50 a 64 anos.

A escolaridade modal é o ensino médio completo e a renda fica entre 1000 e 2000 reais em 52% dos casos, atingindo menos que 2000 reais em 29%. Apresentam menor renda que os trabalhadores do secundário como um todo. Há grande proporção de trabalhadores por conta própria (32,5%) e de empregados no setor privado sem carteira assinada (17%). Apenas 61% são contribuintes.

Os trabalhadores do secundário já apresentavam, em décadas anteriores, o que foi chamado de desproletarização relativa: perda dos trabalhadores das indústrias moderna e tradicional e ganho entre os operários dos serviços auxiliares. Em 2012, a proporção de trabalhadores secundários foi de 22,51% do total dos ocupados, que passou para 19,03% em 2017. Entre os operários das indústrias moderna e tradicional houve uma redução de -4,86% ao ano e -3,20% ao ano no período, respectivamente. Mesmo nos trabalhadores da construção civil a taxa foi negativa de -1,37% anuais. Apenas para os operários de serviços auxiliares a taxa quinquenal foi positiva, de 0,54% anuais.

Este grupo sócio-ocupacional é fortemente masculino, com 85,16% de homens. É também um subconjunto que apresenta 52% de pretos + pardos. A maior proporção

de não brancos encontra-se entre os operários da construção civil. Embora o grupo etário modal ainda seja o de 35 a 49 anos, aparece a proporção de pessoas com 50 a 64 anos bastante alta, com 25% do total. A escolaridade modal foi o ensino médio completo, e a renda costuma ficar entre 1000 e 2000 reais em 48% dos casos e até 1000 reais em 22%. Entre os operários da construção civil apenas 27% apresentam grau médio completo, enquanto para os outros esta proporção é maior que 40%. Em relação à renda, a maior proporção dos de renda muito baixa aparece entre os operários da indústria tradicional onde 35% ganham até 1000 reais.

Quanto às características do trabalho, 22% trabalhavam entre 15 e 39 horas e 59% entre 40 e 44 horas. E, embora 50% fossem empregados do setor privado com carteira assinada, 40% são por conta própria, o que vai se refletir nos 49% sem contribuição previdenciária.

Os trabalhadores do terciário não especializado cresceram a uma taxa de 1,84% ao ano. Esta proporção do terciário não especializado tinha se reduzido entre 1980e 1991, mas aumentou entre 1991 e 2000, provavelmente como reflexo das crises da década de 90 e da flexibilização das relações de trabalho, com aumento do desemprego e do subemprego. Nos anos 2000 e 2010 novamente esta proporção torna a diminuir, espelhando provavelmente as políticas de distribuição de renda e de formalização do trabalho. Entre 2012 e 2017 a taxa volta a crescer, em novo momento de crise e desemprego. Esta taxa apresentou forte diferencial entre os segmentos que a compõe: os domésticos cresceram a 1,79% anuais, os ambulantes e biscateiros a 6,94% ao ano, enquanto os prestadores de serviços não especializados cresceram a taxa reduzida de 0,49%.

As mulheres são mais de 66% entre os trabalhadores do terciário não especializado, com grande concentração entre os trabalhadores domésticos (95% em 2017). Já entre ambulantes e biscateiros apenas 33% eram do sexo feminino em 2012, subindo para 40% em 2017. Quase 60% dos trabalhadores do terciário não especializado são pretos+pardos, onde também grupos etários mais velhos são bastante representados (30% tem entre 50 e 64 anos). A escolaridade é muito baixa, 37% tem apenas fundamental incompleto. A renda mensal divide-se nas classes até 1000 reais (45%) e entre 1000 e 2000 reais (48%)

Quase 50% eram empregados do setor privado com carteira assinada, mas 30% eram trabalhadores domésticos sem carteira.

Para o total de trabalhadores do terciário não especializado, nota-se que a proporção de empregados do setor privado com carteira assinada sobe entre 2012 e 2013/2014, tornando a cair ligeiramente em 2015/2016 e caindo mais em 2017. A proporção de trabalhadores domésticos sem carteira assinada também, após certa estabilidade entre 2012/2016, aumenta em 2017. Os trabalhadores por conta própria aumentam também sua participação em 2017. Estes três dados mostram a deterioração do trabalho em 2017, fruto provável da crise econômica instalada a partir de 2015.

A situação dos empregados domésticos mostra claramente esta tendência: em 2012 na região metropolitana de São Paulo computavam-se 611.725 trabalhadores domésticos, número que subiu para 668.250 em 2017, com crescimento de 1,78 % ao

ano no período, maior que o crescimento da população ocupada total, que foi de 1,20% anuais.

Assim nota-se que o trabalho doméstico foi utilizado como estratégia de sobrevivência em época de desemprego e crise. Mas sua situação de deteriorou, apesar da legislação de proteção: em 2012 57,52% dos trabalhadores domésticos trabalhavam sem carteira assinada, proporção que subiu para 66,80% em 2017.

O total de ambulantes e biscateiros na metrópole era de 146.668 em 2012, subindo para 205.178 em 2017, com taxa de crescimento de 6.94%, embora a posição na ocupação sempre se apresente como precária, em 2012, 48,9% eram empregados sem carteira assinada e 50,68% eram por conta própria. Em 2017 63% se apresentaram como por conta própria. Talvez a situação de empregado, mesmo sem carteira assinada, proporcionasse ao menos uma rede de proteção, coisa que o “por conta própria” testemunhe um trabalhador solitário tentando sobreviver.

Quadro 2 - Características demográficas e socioeconômicas

cats	Taxa de crescimento	% de homens 2017	% de brancos 2017	Idade modal 2017	Escolaridade modal 2017	Renda modal 2017
dirigentes	8,84%	54,75%	77,85%	44,89% 35-49 20,09% 50-64	74,5% superior completo	30,53% 10 mil e mais 22,68% 5 mil a 10 mil
Profissionais de nível superior	3,34%	45,67%	77,23%	40,71% 35-49 21,59% 50-64	96,31% Superior completo	25,36% 5 mil a 10 mil 22,90% 3 mil a 5 mil
Pequenos empregadores	6,81%	67,59%	67,41%	41,27% 35-49 34,25% 50-64	46,15% Superior completo	23,02% 3 mil e 5 mil 22,26% 5 mil e 10 mil
Ocupações Medias	- 1,00%	44,85%	59,61%	31,26% 35-49 16,82% 50-64	45,97% Médio completo	42,22% 1 mil e 2 mil 18,91% 2 mil e 3 mil
Trabalhadores do terciário	2,72%	48,03%	59,69%	32,07% 35-49 19,20% 50-54	48,25% Médio completo	51,42% 1 ml e 2 mil 28,62% até 1 mil
Trabalhadores do secundário	-2,15%	85,16%	47,03%	36,80% 35-49 24,75% 50-64	41,42% Médio completo	47,66% 1 mil e 2 mil 21,85 ate 1 mil
Trabalhadores do terciário não especializado	1,84%	32,40%	39,40%	41,39% 35-49 30,10% 50-64	36,88% Fundamental incompleto	47,66 1 mil e 2 mil 44,85% até 1 mil
total	1,20%	53,05%	56,14%	36,66% 40-44 24,18% 25-34 22,35% 50-64	34,71% médio completo 28,80% superior completo 14,29% fundamental incompleto	30,53% 10 mil e mais 22,68% 5 mil a 10 mil 20,38% 3 mil a 5 mil 13,36% 2mil a 3 mil

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Quadro 3 – Características de trabalho

cat	Horas trabalhadas por semana (2017)	Posição na ocupação (2017)	Contribuição previdenciária (2017)
dirigentes	55,30% 40-44 24,35% 49 e mais	66,21% empregados setor privado com carteira 15,80% por conta própria	91,03%
Profissionais nível superior	61,67% 40-44 21,65% 15-39	48,37% empregados setor privado com carteira 22,08% por conta própria	89,56%
Pequenos empregadores	34,92% 40-44 39,91% 49 e mais	100% empregadores	67,74%
Ocupações médias	58,38% 40-44 23,82% 15-39	60,73% empregados setor privado com carteira 12,36% por conta própria 12,31% empregados setor privado sem carteira	84,87%
Trabalhadores do terciário	44,90% 40-44 16,96% 15-39 15,76% 45-49	46,21% empregados setor privado com carteira 32,48% por conta própria 16,70% empregados setor privado sem carteira	61,19%
Trabalhadores do secundário	59,14% 40-44 14,59% 49 e mais 12,29% 15-39	49,91% empregados setor privado com carteira 39,56% por conta própria	66,82%
Trabalhadores do terciário não especializado	51,52% 40-44 21,76% 15-39 11,73% 45-49	35,93% empregados setor privado com carteira 29,80% domésticos sem carteira	61,19%
Total de ocupados na RMSP	54,38% 40-44 17,98% 15-39 12,97% 49 e mais	47,42% empregados setor privado com carteira 11,03% empregados setor privado sem carteira 21,40% por conta própria 5,85% militares/ estatutários 4,24% domésticos sem carteira	71,65%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Microdados trimestrais*. Rio de Janeiro, 2012-2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>.

TAVARES, Jeferson Cristiano. *Planejamento Regional no Estado de São Paulo: Polos, Eixos e a Região dos Vetores Produtivos*. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. [online]. 2018, vol.20, n.2, pp.344-367.